

Michael Burawoy

Marxismo sociológico

Quatro países, quatro décadas, quatro grandes
transformações e uma tradição crítica

Traduzido por:

Marcelo Cizaurre Guirau

e

Fernando Rogério Jardim

 Alameda

Título original inglês: THE EXTENDED CASE METHOD: FOUR COUNTRIES, FOUR
DECADES, FOUR GREAT TRANSFORMATIONS, AND ONE THEORETICAL TRADITION

Copyright © 2014 Michael Burawoy

*Gráfica atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Edição: Joana Monteleone/Haroldo Ceravolo Seteza

Editor assistente: João Paulo Putini

Projeto gráfico e diagramação: Gabriel Parez Silva

Capa: Ana Lúcia Martins

Assistente acadêmica: Danuza Vallim

Revisão: Zélia Heringer de Moraes

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ
1967/m

Burawoy, Michael
MARXISMO SOCIOLOGICO : QUATRO PAÍSES, QUATRO DÉCADAS,
QUATRO GRANDES TRANSFORMAÇÕES E UMA TRADIÇÃO CRÍTICA
Michael Burawoy ; tradução Marcelo Cizaurre Guirau,
Fernando Rogério Jardim. - 1. ed.
São Paulo : Alameda, 2014
350 p. : 21 cm

Tradução de: The extended case method : four countries, four
decades, four great transformations, and one theoretical tradition

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7939-291-7

1. Economia evolutiva. 2. Capitalismo. 3. Marxismo.
4. Trabalhadores. I. Título.

14-15101

CDD: 330.1
CDU: 330.1

ALAMEDA CASA EDITORIAL

Rua Conselheiro Ramalho, 694 – Bela Vista

CEP 01325-000 – São Paulo, SP

Tel. (11) 3012-2400

www.alamedaeditorial.com.br

*Para os estudantes com quem, de quem e contra quem
eu aprendi os segredos da observação participante.*

consciências pós-nacionais –, realmente, não havia nenhuma teoria que valesse à pena reconstruir. Então, assim como as feministas antes de nós, estávamos liberados para construir algo de novo, do nada.

Etnografia sem fronteiras e *Etnografia global* foram projetos abertamente coletivos, tanto no processo como no produto. Ao mesmo tempo, estes livros eram as pontas do *iceberg* colaborativo que conformou minha etnografia reflexiva. Por quase trinta anos, eu havia mantido um seminário de dissertação que se encontrava semanalmente ou quinzenalmente. Ele foi o molde para muitos livros e dissertações de mestrado. Nestes seminários, na câmara escura do meu *habitat*, nós aprendemos juntos, às vezes, de maneira bem tortuosa, o que deveríamos fazer. Os ensaios que seguem foram apresentados pela primeira vez naqueles seminários e, portanto, é a seus participantes que eu dedico este livro.

Capítulo 1

O estudo de caso ampliado: raça e classe na África pós-colonial¹

¹ Agradecimentos: Esse capítulo foi sendo feito durante vinte anos. Versões anteriores não estão publicadas e são pouco reconhecíveis. Duas pessoas em particular me ajudaram a trazer esse empreendimento para um fim. Erik Wright me encheu de páginas e páginas de intensa argumentação sobre como só pode haver um modelo de ciência, enquanto Peter Evans insistiu para que eu persistisse, apesar de toda oposição. E oposição não faltou, de recepções hostis em conversas a resenhas desdenhosas de pareceristas de revista. Minhas ideias ganharam forma em cursos calorosos sobre observação participante e enquanto trabalhava com estudantes de pós-graduação em dois livros: *Ethnography Unbound* e *Global Ethnography* [Etnografia sem fronteiras e Etnografia global]. Teresa Gowan, Leslie Salzinger, Maren Klawiter e Amy Schalet concentraram-se em garantir que eu explicasse cada afirmação feita, enquanto Raka Ray, Jennifer Pierce, Charles Ragin, Michael Goldman, Raewyn Connel, Nora Schaeffer e, especialmente, Linda Blum proveram mais estímulos gentis ao longo dos anos. Minha maior dívida é com Jaap van Velsen, meu primeiro professor de sociologia, que, como antropólogo, exemplificou o método de caso ampliado, ainda que ele fosse recuar horrorizado diante da formalização ao qual submeti esse método. Finalmente, Craig Calhoun enfrentou a oposição para primeiro conduzir este texto à publicação quando ele era editor da *Sociological Theory*.

A metodologia pode apenas nos trazer alguma compreensão refletida dos recursos que têm demonstrado seu valor na prática ao elevá-los ao nível da consciência explícita; isso não é a condição prévia para o trabalho intelectual frutífero, assim como o conhecimento da anatomia não é a condição prévia para um “correto” caminhar.

Max Weber. *A metodologia das ciências sociais.*

É verdade: geralmente, o conhecimento de anatomia não é uma condição para um “correto” caminhar. Mas quando o chão sob nossos pés move-se constantemente, muletas são bem-vindas. Como cientistas sociais, nós abolimos o equilíbrio dos pés, por estarmos presentes no próprio mundo que estudamos, por absorvermos a sociedade que observamos, por vivermos lado a lado daqueles que chamamos de “outros”. Para além do nosso envolvimento individual, estão nossas complicações etnográficas mais amplas – produzindo teorias, conceitos e fatos que desestabilizam o mundo que procuramos compreender. É por isso que nós desesperadamente necessitamos de metodologia, para mantermo-nos de pé, enquanto navegamos num território que se move e muda de lugar quando tentamos atravessá-lo.

Como outros obstáculos, pode-se lidar com a condição etnográfica escolhendo uma entre duas estratégias: contendo-a ou voltando-a a nosso favor. Na primeira estratégia, nós minimizamos a dificuldade limitando nosso envolvimento no mundo que estamos estudando, isolando-nos de nossos sujeitos do conhecimento, observando-os de fora, interrogando-os por meio de intermediários. Nós mantemos os pés no chão ao aderirmos a uma série de procedimentos para coleta de dados que asseguram

nosso distanciamento epistemológico. Essa é a abordagem positivista. Ela é exemplificada pelas pesquisas quantitativas [*surveys*], nas quais todo esforço é feito para neutralizar nossa participação no mundo que estamos estudando. Buscamos não interferir na situação que estudamos e padronizar a coleta dos dados, colocando entre parênteses as condições externas e certificando-nos de que nosso exemplo é representativo.

Na estratégia alternativa, nós tematizamos nossa participação no mundo a ser estudado. Nós nos mantemos e nos firmamos ao fincarmos raízes na teoria que guia nosso diálogo com os participantes em observação. Michael Polanyi (1958) elaborou essa ideia em detalhes, rejeitando uma objetividade positivista baseada nos “dados do sentido”, em favor do compromisso com a “racionalidade” da teoria – mapas cognitivos por meio dos quais nós compreendemos o mundo. Essa teoria “residente” está na base daquilo que eu denomino modelo reflexivo da ciência – um modelo de ciência que abraça não o afastamento, mas sim o engajamento como via para o conhecimento sociológico. Baseada em nossa própria participação no mundo que estudamos, a ciência reflexiva mobiliza múltiplos diálogos para alcançar as explicações do fenômeno empírico. A ciência reflexiva parte do diálogo (virtual ou real) entre o observador e os participantes e, então, encaixa tal diálogo dentro de um segundo diálogo, entre processos locais e forças extralocais que, por sua vez, pode ser entendido tão-somente através de um terceiro diálogo ampliado: da teoria consigo mesma. A objetividade não é medida por procedimentos que asseguram um cuidadoso mapeamento do mundo, mas pela ampliação do conhecimento, quer dizer, pela imaginativa e parcimoniosa reconstrução da teoria para acomodar as anomalias (*vide* Kuhn, 1962; Popper, 1963; e Lakatos, 1978).

O estudo de caso ampliado aplica a ciência reflexiva à etnografia, com o objetivo de extrair o universal do particular, mover-se do “micro” ao “macro”, conectar o presente ao passado e antecipar o futuro – tudo isso construído sobre uma teoria preexistente. No uso que eu mesmo fiz

do estudo de caso ampliado, eu me vali das experiências como funcionário de pesquisas na indústria de cobre de Zâmbia para reelaborar a teoria de Fanon sobre o pós-colonialismo. Eu tentei expor as raízes do consentimento operário ao capitalismo americano aplicando a teoria gramsciana da hegemonia às minhas experiências como operador de máquinas em uma indústria localizada no sul de Chicago. Eu explorei a natureza da organização do trabalho e da formação das classes sob o socialismo ao combinar a teoria de Szélenyi a respeito da estrutura de classes com a teoria de Kornai sobre a economia do desperdício. Isso foi baseado em sucessivos empregos em fábricas húngaras – de champanhe, de montagem de automóveis e de produção de aço. Em seguida, eu trilharia um caminho mais distante, numa pequena fábrica de móveis no norte da Rússia, com a finalidade de desenvolver teorias sobre a transição do socialismo ao capitalismo. Aqui eu me vali dos conceitos marxistas de capital mercantil e capital financeiro. Como eu poderia justificar estes saltos extravagantes no tempo e no espaço, do singular para o plural, dos acontecimentos quotidianos aos grandes temas históricos do fim do século XX? Esta é a questão que motivou este capítulo.

Embora seja mais comum aos estudos etnográficos limitarem suas afirmações dentro do mundo do dia-a-dia que eles examinam, eu não estou sozinho na proposta de “ampliar” as coisas a partir do campo. Com efeito, esse foi um dos traços típicos da Escola de Manchester em antropologia social que cunhou pela primeira vez o termo “método do estudo de caso ampliado”.¹ Em vez de conseguir dos informantes os dados referentes àquilo que “os nativos devem fazer”, os antropólogos de Manchester começaram

¹ Para um resumo sobre a abordagem da Escola de Manchester da antropologia, ver Kingley Garbett (1970). Para comentários sobre o método de Manchester feitos por um de seus principais praticantes, ver Max Gluckman (1958, 1961a, 1961b, 1964). As principais explicações sobre o método do estudo de caso ampliado incluem Clyde Mitchell (1956, 1983); A. L. Epstein (1958) e van Velsen (1960, 1964, 1967). Andrew Abbott (2007) escreveu uma fascinante e erudita crítica da minha apropriação do método do estudo de caso ampliado, diferenciando corretamente minha apropriação da versão original de Manchester.

a encher seus diários com registros do que os “nativos” realmente estavam fazendo, com notas dos eventos, conflitos e dramas reais que aconteciam no espaço e no tempo. Eles revelaram as discrepâncias entre as prescrições normativas e as práticas diárias – discrepâncias que eles localizaram não apenas nas contradições internas, mas também nas interferências do colonialismo. A antropologia de Manchester começava a reconduzir as comunidades africanas a seu contexto histórico-mundial mais amplo.

Não apenas na África, mas também nos Estados Unidos, havia uma rica, porém, desconexa tradição de conhecimentos no estilo tácito do estudo de caso ampliado. As etnografias de comunidades nem sempre empacaram diante do novo, mas incorporaram os contextos mais amplos do racismo e dos mercados de trabalho, assim como o das políticas urbanas.² Os etnógrafos em ambientes de trabalho, tradicionalmente confinados à “sociologia do chão de fábrica”, também vêm levando em conta fatores externos tais como a raça, a etnia, a cidadania, os mercados e as políticas locais (ver Lamphere & *alii*, 1993; Thomas, 1985; Smith, 1990; e Blum, 1991). Os estudos com observação participante de movimentos sociais localiza-os em seu contexto político e econômico (ver Fantasia, 1988; Johnston, 1994; e Ray, 1998). Etnografias da escola sempre buscam explicar como a educação é conformada e, ao mesmo tempo, influencia os padrões gerais de desigualdade social (ver Willis, 1977 e MacLeod, 1987). Etnografias da família consideram impossível ignorar as influências que vêm de fora dos lares, confirmando a advertência feminista de Dorothy Smith para localizar as experiências vividas dentro dos seus determinantes extralocais.³

2 Sobre racismo e mercados de trabalho, ver Liebow (1967) e Bourgois (1995). Sobre regimes políticos urbanos, ver Whyte (1943), Susser (1982) e Haney (1996).

3 Ver Dorothy Smith (1987). Sobre etnografias familiares, ver Stacey (1990), De Vault (1991) e Hondagneu-Sotelo (1994). O demolidor de paradigmas “Sociologia das mulheres” (originalmente escrito em 1977), de Dorothy Smith, começa desmascarando a sociologia abstrata, descontextualizada e universalista como a ideologia dos dominadores, voltando-se para a experiência vivida, concreta das mulheres como ponto de partida. As microestruturas da vida cotidiana, com as quais as mulheres

Os rudimentos do estudo de caso ampliado abundam nestes, e em muitos outros, exemplos. O que eu proponho, portanto, é trazer “alguma compreensão refletida” ao método de caso ampliado, ao elevá-lo ao “nível da consciência explícita”. Mas, contra Weber, isso não é simplesmente um exercício de esclarecimento. Há repercussões reais no modo como conduzimos as ciências sociais. Com efeito, isso leva a um modelo alternativo de ciência social e, com isso, a práticas de explicação e de interpretação alternativas – algo que os cientistas sociais são relutantes em aquiescer. Nós preferimos debater a respeito de técnicas adequadas, ou mesmo tolerar a rejeição da ciência como um todo, a enfrentar a possibilidade de termos dois modelos de ciência coexistentes, o que exterminaria nossas prescrições metodológicas. Ainda assim, eu espero demonstrar que a ciência reflexiva tem suas próprias recompensas, possibilitando a exploração de amplos padrões históricos e macroestruturas, sem renunciar nem à etnografia nem à cientificidade.

Por etnografia eu entendo o relato sobre o mundo do ponto de vista da observação participante; por ciência eu entendo as explicações

lidam, tornam-se a base e a premissa invisível das macroestruturas controladas pelos homens. Isso se parece com o método de caso ampliado, mas, enquanto Smith justifica suas conclusões com base no “ponto de vista das mulheres”, eu justifico as minhas apoiado em uma concepção alternativa de ciência. Nesse sentido, estou mais próximo de Sandra Harding (1986, 1990), que trabalha o terreno entre a ciência androcêntrica e o desdém pós-moderno da ciência. Em vez de render a ciência ao ponto de vista masculino, Harding clama por uma ciência substituta. Em seus escritos seguintes, Smith transforma essa ruptura inicial com a sociologia em voga em um universal metodológico. Assim, sua etnografia institucional – o que Smith (2007) chama de sociologia para as pessoas – busca a ligação entre local e extralocal acentuando as experiências vividas, as relações de dominação e suas mediações por meio de textos. Ela rejeita todas as outras abordagens da etnografia e ignora a sociologia preexistente – incluindo as sociologias feministas dos anos 1970 – exceto aquela que é produzida por seus alunos, pretendendo começar do zero cada problema com a qual lida e, a partir disso, reproduzindo aquilo que já sabemos. Ela identifica aspectos problemáticos do método do estudo de caso ampliado, a saber, a reificação das forças externas e a invocação arbitrária de teoria, questões que abordo nesse capítulo, mas ela tem dificuldade em identificar qualquer aspecto problemático em sua própria metodologia. Toda metodologia, como toda teoria, é limitada, e desenvolve-se reconhecendo abertamente suas limitações e as enfrentando.

demonstráveis e generalizáveis dos fenômenos empíricos. Para desenvolver meu argumento, será necessário diferenciar: a) o método de pesquisa (referindo-me à pesquisa quantitativa e ao estudo de caso ampliado) que consiste na utilização das b) técnicas de investigação empírica (referindo-me às entrevistas e à observação participante) para melhor chegar ao c) modelo de ciência (positivo ou reflexivo) que estabelece os pressupostos e princípios de produção da ciência. Para elaborar as diferentes dimensões do método de caso ampliado, eu procuro apresentá-lo como uma ciência, contanto que uma ciência reflexiva, para aperfeiçoar seu funcionamento ao reconhecer suas limitações e ao extrapolar as implicações de maior alcance para a forma como nós estudamos o mundo.

Para explicar e ilustrar o método de caso ampliado, retornarei a um estudo realizado entre 1968 e 1972 num país africano então recentemente independente: a Zâmbia. Dentre todos os meus estudos, eu escolhi este por ser o que mais efetivamente ilustra tanto as virtudes quanto os limites do estudo de caso ampliado. Primeiro, as virtudes. O estudo de caso ampliado é capaz de ir a fundo nos binômios políticos de colonizador e colonizado, branco e negro, metrópole e periferia, capital e trabalho, para descobrir múltiplos processos, interesses e identidades. Ao mesmo tempo, o contexto pós-colonial oferece um terreno fértil para condensar novamente estas prolíficas diferenças em torno de conexões locais, nacionais e globais. Agora, os limites. O estudo de caso ampliado enfrenta as mesmas forças que ele revela. Tal como o ressurgente campo dos estudos "coloniais" deixou bem claro, as colônias não são apenas lugares de exotismo, mas de testes de novas táticas de poder, posteriormente reintroduzidas nas metrópoles (ver Stoler, 1995 e Mitchell, 1988). Ali, a dominação assume formas brutais e exageradas, envolvendo os sociólogos e sobretudo os antropólogos de maneira transparente, colorindo suas visões de formas inexplicáveis (Clifford & Marcus, 1986; Asad, 1973). Os regimes de poder coloniais e pós-coloniais revelam os limites inerentes ao estudo de caso ampliado.

Em conformidade com isso, este primeiro capítulo foi construído da seguinte maneira: começo narrando meu estudo sobre a indústria de cobre de Zâmbia, destacando o enraizamento social da pesquisa reflexiva (Burawoy, 1972a, 1972b, 1974). Em seguida, eu mostro como meu estudo violou cada um dos quatro princípios da ciência positiva. Eu demonstro que a pesquisa quantitativa — a quintessência do método positivo — transgride seus próprios princípios por causa dos inevitáveis efeitos de contexto que se originam, tanto do indissolúvel relacionamento entre o entrevistador e o entrevistado, como do enraizamento da entrevista em um campo de relações sociais mais amplo. Nós podemos viver com a lacuna entre os princípios e as práticas positivistas e, ao mesmo tempo, tentar fechar essa lacuna; ou formular um modelo de ciência alternativo que tome o contexto como seu ponto de partida e que tematize nossa presença no mundo que estudamos. Essa alternativa é o modelo "reflexivo" de ciência que, quando aplicado à técnica da observação participante, faz emergir o estudo de caso ampliado.

Porém, para salvar tanto a ciência como o estudo de caso ampliado, eu não elimino a lacuna que há entre eles. Ao transformar o contexto e o diálogo com os dados nos fundamentos da ciência alternativa, fatalmente os efeitos de poder que separam o estudo de caso ampliado dos princípios da ciência reflexiva irão se sobressair de poder que separam o estudo de caso ampliado dos princípios da ciência reflexiva. O pós-modernismo tem feito um belo trabalho ao destacar esses efeitos de poder, mas, ao invés de tentar ajeitar uma ciência inadequada, o pós-modernismo prefere rejeitar a ciência como um todo. Eu me vi trabalhando nas bordas do pós-modernismo, sem jamais ultrapassar suas fronteiras. Se escolhermos continuar do lado da ciência, teremos de viver com suas limitações auto-impostas, venham elas dos efeitos de contexto da ciência positiva, ou dos efeitos de poder da ciência reflexiva. E visto que o mundo não é nem desprovido de contexto nem desprovido de poderes, ambas as ciências são falhas. Mas nós temos

uma escolha. Por fim, eu me pergunto quando, onde e por que empregar cada um dos modelos de ciência e seus métodos correspondentes.

A aceitação da condição etnográfica

A ciência reflexiva parte do diálogo entre nós mesmos e, depois, entre os cientistas sociais e as pessoas que eles estudam. Mas ela não é alavancada a partir de um ponto arquimediano fora do tempo e do espaço; ela não cria conhecimento ou teoria com tábula rasa. Ela emerge do choque entre a teoria acadêmica e as teorias populares existentes. Ambas começam sua interação a partir de locais reais.

Meu próprio estudo das minas de cobre de Zâmbia partiu dos dilemas debatidos em público a respeito da herança do colonialismo. Eu viajei para o cinturão do cobre em 1968, a procura das políticas e estratégias das corporações transnacionais com relação aos regimes pós-coloniais. As duas companhias mineradoras em questão, a *Anglo American Corporation* e a *Roan Selection Trust*, tinham suas origens na ordem colonial da Rodésia do Norte, um protetorado britânico até 1964. Como essas companhias responderiam à independência zambiana, cuja meta declarada era reassumir o controle da economia nacional? Essa não era uma questão qualquer, uma vez que a indústria carbonífera empregava cerca de cinquenta mil indivíduos – 90% dos quais eram africanos e 10% expatriados. No momento da independência, as minas respondiam ainda por 90% da balança comercial e entre 50% e 70% da receita bruta do Estado. Até onde interessava ao governo britânico (e mais tarde à Federação da Rodésia e à Niassalândia), a razão de ser da Rodésia do Norte era o cobre. Transporte rodoviário e ferroviário, terras e cultivo agrícola, comércio e impostos, trabalho e educação, nacionalidade, classe e raça – tudo isso era destinado a maximizar a exportação de cobre. Zâmbia foi o arquétipo do enclave comercial, tendo as minas de cobre como princípio organizador.

Era mais fácil estudar os sucessos e insucessos no trabalho dos mineiros africanos do que desvendar as misteriosas práticas corporativas da *Anglo American Corporation* e da *Roan Selection Trust*. As minas não eram um campo de estudos que pudesse ser abarcado com levantamento documental, porque, como eu iria descobrir, os documentos eram escassos. As entrevistas conduzidas a partir de fora não eram úteis, uma vez que os gerentes protegiam-se por camadas e camadas de assessores de relações públicas. Em vez disso, eu tirei vantagem da minha recente graduação em matemática e meus contatos com a sede da *Anglo* para conseguir um emprego na Unidade de Pesquisa de Pessoal da Agência de Serviços da Indústria de Cobre. Localizado em Kitwe, bem no coração da região mineradora, essa unidade era o centro das relações sociais da indústria local.

Uma vez ali, minha atenção voltou-se para a questão mais específica da internalização e nacionalização da força de trabalho, ou o que ficou conhecido como progresso africano, e desde a independência passou a ser chamado de processo de zambianização. O regime colonial em Zâmbia deixou os quatro milhões de habitantes com algo menos que mil bacharéis formados e pouco mais de doze mil africanos com diplomas de ensino médio. Por isso, o país continuava muitíssimo dependente dos especialistas e administradores brancos. Historicamente, a indústria de mineração havia sido organizada conforme o princípio da barreira racial [*colour bar*], ou seja, nenhuma pessoa negra exerceria autoridade sobre qualquer pessoa branca. O maior objetivo do movimento anticolonial era erradicar todos os traços da supremacia branca. Como eram as coisas no período pós-colonial? Vamos começar com as imagens exibidas pelo novo Comitê Governamental de Zambianização, que pintava um quadro auspicioso das suas realizações. Quatro anos após a independência, menos expatriados e mais zambianos ocuparam as posições dos “expatriados” (brancos). O que havia por trás desse retrato do fim da ordem racial?

Se a compreensão das estratégias gerenciais era amplamente bloqueada aos de fora, qualquer estudo sério sobre a zambianização estava totalmente fora das possibilidades. A transição racial daquilo que havia sido um sistema de *apartheid* era enfim uma questão explosiva demais para ser investigada abertamente. No entanto, aquilo pairava em suspenso, tal como uma nuvem pesada, sobre todos os aspectos das relações industriais. Eu não poderia ter desejado melhor posição para observar as diferentes forças em operação. Eu não estava simplesmente situado no centro de coleta de dados da indústria de mineração, como também me tornei um ativo contribuinte do novo esquema de avaliação do trabalho da indústria, que objetivava integrar brancos e negros nas escalas de remuneração. Como parte do meu trabalho, eu ficava sabendo das reivindicações nas negociações entre gerência, sindicato e governo.

Eis o bastante sobre a perspectiva dos superiores. Mas como seria a zambianização vista de dentro e de baixo? Aqui, eu deveria ser mais furtivo e discreto. Então, organizei uma pesquisa quantitativa sobre as condições de trabalho e de vida dos mineiros africanos, sem mencionar a zambianização. Mas para as entrevistas, selecionei os jovens funcionários zambianos da administração que, como tinha razão para crer, estavam no olho do furacão do processo. Nós nos encontraríamos semanalmente em um clube nominalmente voltado à dessegregação – o Clube Rokana – para discutirmos o andamento da pesquisa, mas também a zambianização. Ainda assim, isso não era o bastante. Eu trabalhei na Unidade de Pesquisa de Pessoal durante um ano e meio, e continuei a investigação por mais dois anos, como aluno de mestrado da Universidade de Zâmbia. Lá, eu recrutei estudantes de graduação para unirem-se a mim no estudo da organização, subsolo e superfície do trabalho pós-colonial. Pelo menos oficialmente, essa era nossa meta; estávamos explorando a zambianização desde baixo, do ponto de vista da vasta maioria dos trabalhadores desqualificados e semiqualeificados do país. Como eles viam a zambianização dos supervisores e dos administradores de menor nível?

Nossas observações ampliadas mostraram que a gerência branca desenvolveu dois tipos de manobra para satisfazer as metas dos governantes quanto à zambianização e, ao mesmo tempo, satisfazer seus próprios interesses na reprodução da barreira racial. A primeira estratégia era acobertar a zambianização. Nos tempos do sistema colonial, o pessoal da gerência era rei, imperando sobre os africanos suplicantes e, ainda que em menor grau, sobre os brancos também. Os funcionários da secretaria eram os senhores da cidade da empresa, da vida na mina e dos domínios vizinhos.⁴ Um resultado óbvio: o departamento foi completa e rapidamente zambianizado, mas, ao mesmo tempo, ele foi desmantelado e destituído dos seus poderes, especialmente sobre os empregados expatriados. Ele foi colocado sob a tutela do então recém-criado “conselho de desenvolvimento da empresa”, formado basicamente pelos antigos gerentes brancos.

A segunda estratégia consistia em obscurecer a zambianização. Durante os três anos e meio da nossa pesquisa, a posição do capitão da mina, o mais alto nível da supervisão do subterrâneo, foi zambianizada. Certo número de antigos capitães brancos foram promovidos ao então recém-criado posto de assistentes da administração do subterrâneo, levando consigo muito dos seus antigos poderes, privilégios e atribuições. Isso significava que qualquer sucessor zambiano deveria trabalhar nas sombras do seu predecessor. Ele se tornava um anteparo entre seus subordinados e o “verdadeiro” capitão da mina, agora reinstalado num confortável escritório na superfície.

Essas manobras para reproduzir a barreira racial tinham várias consequências disfuncionais à organização. Em primeiro lugar, elas tornavam a organização cada vez mais pesada no topo da hierarquia, à medida que as camadas da gerência engrossavam. Em segundo lugar, elas faziam crescer os conflitos entre os trabalhadores e seus novos supervisores zambianos, que, embora fossem menos autoritários, eram menos eficientes

4 Para uma descrição desse tipo de sistema nos anos 1950 na mina de Luanshya, ver A. L. Epstein (1958).

que seus predecessores expatriados. A manutenção da barreira racial por meio da zambianização era uma receita para o conflito e a ineficiência da organização.

Se a zambianização acobertada e obscurecida acabava solapando a organização, por que continuar com ela? Quais eram as forças por trás da reprodução da barreira racial? Como poderia um governo de negros e nacionalistas desconhecer a continuidade da ordem racial, tal como efetivamente o fez em seu relatório do processo? Eu procurei as respostas numa ampla constelação de interesses. Em primeiro lugar, embora o governo abraçasse a retórica do nacionalismo e da zambianização, os sindicatos africanos, representando os mineiros desqualificados e semi-qualificados, estavam mais interessados em aumento de salários e em melhores condições de trabalho do que na mobilidade ascendente dos supervisores. Em segundo lugar, os sucessores zambianos, presos entre subordinados negros e chefes brancos, estavam na berlinda das tensões de classe e de raça. Eles eram hierarquicamente mais fracos que os gerentes brancos que detinham o monopólio virtual do conhecimento e da experiência.

Em terceiro lugar, os executivos da indústria haviam lutado muito para aumentar a barreira racial e substituir os brancos pelos negros, uma vez que isso reduziria os custos com a mão-de-obra. Se antes os executivos enfrentavam a resistência organizada do pessoal branco, agora, eles eram ameaçados com o êxodo. Em quarto lugar, o governo zambiano considerava a indústria de mineração uma vaca sagrada, uma fonte de receitas fiscais para seus projetos de construção nacional. Além disso, ele estava satisfeito em permitir aos expatriados conduzirem a indústria, porque, embora eles detivessem o poder econômico, eles não ofereciam uma ameaça em termos políticos. Eles estavam limitados por contratos de três anos que poderiam ser rescindidos à vontade. Os gerentes zambianos, entretanto, como uma facção poderosa da classe dominante, poderiam causar muito mais problemas ao governo de Zâmbia. Esse

equilíbrio de forças significava que, a despeito da independência nacional, os padrões gerais de raça e de classe nas minas do país não haviam sido alterados substancialmente.

A partir dos microcosmos da zambianização, eu “ampliei” o foco para as forças de classe que mantinham não apenas a velha ordem racial, mas também o subdesenvolvimento do país como um todo. Isso significava que os obstáculos ao desenvolvimento emergiam não apenas da dependência do país frente ao cobre em uma economia mundial controlada pelos países de capitalismo avançado, mas também da reprodução das relações de classe herdadas do sistema colonial. Uma “burguesia nacional” africana emergente possuía interesses de classe numa ordem racial que inibia a transformação econômica. Assim, meu estudo havia reconstruído e reconfigurado as narrativas locais em uma análise de classe do mundo pós-colonial que, como eu ainda mostrarei, repercutia na sociedade de forma inesperada. Mas primeiro, eu preciso traduzir essa pesquisa para a língua e os termos do estudo de caso ampliado e para a ciência que ele representa.

A ciência positiva revisitada

O que é a ciência positiva? Para Auguste Comte, a sociologia iria substituir a metafísica e revelar as leis naturais da sociedade. Ela foi a última disciplina a adentrar no panteão das ciências, mas uma vez admitida, a sociologia iria governar sobre o desgoverno, produzindo ordem e progresso a partir do caos. Assim, o positivismo era, de uma só vez, ciência e ideologia. Hoje, a sociologia, em sua maior parte, abandonou suas pretensões de se transformar em uma ideologia dominante, e é essa versão sóbria do positivismo que chamamos de ciência positiva. A premissa que distingue a ciência positiva da ciência reflexiva é a da existência de um mundo “externo” que pode ser construído como algo separado e totalmente diferente daqueles que o estudam. Alvin Gouldner (1970) uma vez chamou essa premissa de dualismo metodológico – os

cientistas sociais excluem-se e isentam-se das teorias que criam sobre os outros. A ciência positiva exige o distanciamento do observador em relação ao objeto de estudo: uma disposição de isolamento. A proposta da ciência positiva é espelhar o mundo social por meio da produção do mais detalhado mapeamento acerca do funcionamento desse mesmo mundo (Rorty, 1979).

Construir o observador como um estrangeiro requer um esforço de estranhamento, facilitado pela objetividade procedimental. Em sua exemplar discussão sobre o “campo de trabalho exemplar”, Jack Katz (1983) estabeleceu os “4 R’s”, aos quais eu me refiro como sendo as quatro prescrições dogmáticas da ciência positiva. Em primeiro lugar, os sociólogos devem evitar afetar e, assim, distorcer os mundos que eles estudam. Esse é o dogma da não Reatividade. Em segundo lugar, o mundo externo é uma multiplicidade interminável e, portanto, nós precisamos de critérios para a seleção dos dados. Esse é o dogma da Regularidade. Em terceiro lugar, o código de seleção deve ser formulado de maneira não ambígua, para que qualquer outro cientista social que queira pesquisar o mesmo fenômeno, possa chegar aos mesmos resultados. Este é o dogma da Replicabilidade. Em quarto lugar, nós devemos garantir que o pedaço de mundo que nós estamos examinando seja representativo do todo. Este é o dogma da Representatividade.

Katz aceita esses dogmas como princípios definitivos da ciência social. Ele tenta mostrar como a observação participante pode corresponder às expectativas da ambição positivista, a saber, os “4 R’s”, se ela seguir a “indução analítica”, ou o que ele prefere chamar de pesquisa analítica. Porém, durante o processo, ele desestabilizou profundamente seus próprios princípios metodológicos, antes abraçando que rejeitando a reatividade, dissolvendo as fronteiras entre fato e ficção, convocando os leitores a repetir as descobertas a partir das suas próprias experiências. Mesmo assim, imperturbável, ele manteve os “4 R’s”. Eu tomei o caminho inverso, renunciando a ciência positiva em nome da ciência

reflexiva, que é mais apropriada ao estudo de caso ampliado. Eu justifico a evocação e elaboração desta alternativa mostrando inicialmente como este método viola os “4 R’s” e, depois, como até mesmo a pesquisa quantitativa não consegue satisfazer aqueles mesmos dogmas positivistas. Minha intensão aqui não é rejeitar a ciência positiva, mas mostrar como é ela que recusa o estudo de caso ampliado e, assim, é ela que recusaria meu estudo da zambianização.

A ciência positiva desrespeitada

O método do estudo de caso ampliado não tem pretensões à ciência positiva; ao invés disso, ele deliberadamente viola os “4 R’s”. Minha pesquisa da zambianização violou o dogma da não reatividade. Eu era tudo ali, menos um observador não participante. Eu ingressei na Unidade de Pesquisa de Pessoal apenas porque ela havia sido encarregada de um gigantesco projeto de descrição de tarefas, para tornar mais claro o complexo organograma ocupacional de toda a extensão da indústria e colocar as estruturas de remuneração de brancos e negros numa mesma hierarquia. Era de importância fundamental que a hierarquia de atribuições já estabelecida dentro de cada grupo racial fosse mantida. Para dar a impressão de igualdade e isonomia, a integração das duas escalas de remuneração era estabelecida por uma comissão formada por “especialistas” do sindicato e da gerência, que “avaliava” cada cargo segundo um conjunto de características predefinidas: experiência, formação, destreza, esforço e por aí vai... Uma empresa britânica de consultoria, responsável pela combinação da avaliação das ocupações com a hierarquia estabelecida, fracassara totalmente. Com a minha formação em matemática, eu estava apto a transformar aquela tarefa num problema simples de equações lineares, reproduzindo no papel a mesma ordem racial que se transformaria no foco do meu estudo intitulado *A cor da classe nas minas de cobre* [*The Colour of Class in the Copper Mines*] (1972a).

A regularidade também foi violada. Ter consigo um código ou prisma rígido por meio do qual se observa e se obtém a informação, torna-nos indiferentes ao fluxo da vida cotidiana. Viver no mesmo tempo e espaço daqueles que estudamos faz com que seja difícil ajustar o mundo num gabarito definido de antemão. Começamos com uma série de questões e terminamos com outra série bem diferente. Assim, eu ingressei na indústria de mineração a procura de algumas políticas da empresa que guiavam suas relações com o governo zambiano; e apenas depois de trabalhar para os executivos da companhia eu percebi que não existiam tais políticas. Nem seria racional, como eu atinei depois, seguir estratégias predefinidas em situações de tamanha incerteza – incerteza política (frequentes crises no governo, mudanças de ministros, ou mudanças surpreendentes, tais como a nacionalização das minas); incerteza econômica (especialmente a volatilidade dos preços internacionais do cobre); e incerteza tecnológica (problemas inesperados nas escavações, desabamentos etc.) Em um tal ambiente turbulento, os gerentes deviam ser flexíveis, sem a intromissão de quaisquer planos detalhados. Como eu descobri, as políticas que realmente existiam eram criadas de maneira *ad hoc*, por “especialistas”, como eu, para justificar decisões já tomadas. Caso eu não tivesse participado daqueles processos, eu ainda estaria olhando para aquelas supostas políticas da empresa ou, mais provavelmente ainda, teria inventado alguma política a partir das racionalizações da própria empresa. Em suma: com o estudo de caso ampliado, o diálogo entre participante e observador ofereceu-me uma peneira sempre mutante para a coleta de dados. Isso não implicou negar que nós vamos ao campo com pressupostos, questões e quadros teóricos. Mas estes são mais prismas do que moldes, mais plásticos do que rígidos.

Da mesma forma, a replicabilidade também era problemática. Os dados que eu coletei eram demasiado dependentes de quem eu era ali: um homem branco, recém-formado numa universidade britânica, diplomado em matemática, um recém-chegado ao sistema colonial – e um

idealista, ainda por cima. Cada uma dessas características conformavam a minha penetração e permanência nas situações sociais e o modo como as pessoas falavam comigo sobre temas raciais. Mais que isso: qualquer pessoa que depois viesse e refizesse meu estudo sobre a zambianização, terminaria com observações bem diferentes. A história não é um laboratório de experimentos que possam ser repetidos de novo e de novo sob as mesmas condições. Há algo de único no encontro etnográfico. Certamente teria sido interessante para outro repetir o estudo, seja simultaneamente ou subseqüentemente, não como uma replicação, mas como uma ampliação do meu próprio estudo.⁵

Então, eis que finalmente chegamos à inevitável questão da representatividade que domina a crítica positivista à etnografia. Quão representativas eram as observações que fiz do processo de zambianização dentro dos meus dois casos? Quão representativos eram os meus estudos de caso perante o conjunto dos estudos de caso das minas que eu estudei, sem falar das outras seis minas e inclusive das outras industriais? Como eu pude extrapolar conclusões a partir daqueles dois únicos casos? E se não me era permitido generalizar, por que diabos eu me dei ao trabalho de devotar três anos e meio àquela pesquisa?

Essas são críticas válidas do ponto de vista da ciência positiva. Se esse fosse o único modelo de ciência, certamente eu teria perdido meu tempo. Contudo, há uma segunda abordagem científica, uma abordagem reflexiva que também procura explicações generalizáveis e demonstráveis. Essa alternativa não aparece por mágica, mas, devido a seus próprios princípios, surge como resultado do encontro crítico com a ciência positiva. Mas primeiro eu preciso mostrar que nenhum método, nem mesmo a melhor pesquisa quantitativa, pode

5 No Capítulo 2, descrevo outro estudo (Burawoy, 1979), dessa vez de uma fábrica ao sul de Chicago. Aqui, encontrava-me na mesma unidade que havia sido estudada por outro sociólogo trinta anos antes. Eu poderia ter tentado mostrar porque sua teoria da “restrição da produção” estava errada, mas, em vez disso, usei-a como base para ampliar meu próprio estudo de volta à história.

corresponder às exigências dos princípios positivos, ao passo que os princípios da ciência reflexiva brotam dessa lacuna irrevogável entre a ciência positiva e sua prática real.

A ciência positiva delimitada

A pesquisa quantitativa é sabidamente positiva em seu método. Ela tenta estar à altura dos "4 R's" ao pronunciar os "4 E's". Com vistas a superar o problema da reatividade, a entrevista é construída como uma série de estímulos uniformes e neutros que se articulam a respostas variadas. Espera-se que o respondente reaja à dada questão, e somente à questão, excluída do meio em que é posta. Para confrontar o problema da regularidade e conseguir um conjunto consistente de critérios para a coleta de dados, a entrevista é estandardizada: questões idênticas são dirigidas de maneira idêntica para cada respondente. Quanto à replicabilidade, não apenas a questão tem que ser reduzida a um estímulo, isolado do contexto da entrevista, mas as condições externas também tem que ser controladas, quer dizer, estabilizadas ou consideradas irrelevantes. Por fim, quanto à representatividade, os respondentes devem ser exemplares cuidadosamente selecionados do público-alvo mais amplo.

Apesar dos seus melhores esforços, as pesquisas quantitativas têm constantemente e inevitavelmente frustrado seus objetivos positivos. A entrevista está num contexto social maior, que por sua vez está encaixado em outros contextos, todos os quais conferem-lhe significado e são independentes da questão em si. Há quatro tipos de efeitos de contexto. Os amplamente documentados efeitos associados à entrevista, criando problemas de reatividade pelos quais certas características do entrevistador (como a raça e o gênero) ou da própria agenda da entrevista (como a ordem e a colocação das questões) afetam significativamente as respostas (ver Hyman & *alii*, 1954; Converse & Schuman, 1974; e Schuman & Presser, 1981). Há também os efeitos associados ao respondente, pelos quais os sentidos das questões ganham uma

ambiguidade irreduzível, dependendo dos diferentes ambientes dos quais os respondentes vêm. Estandarizar as perguntas não eliminaria os efeitos associados ao respondente (ver Cicourel, 1967; e Forsyth & Lessler, 1991). Já os efeitos de campo simplesmente reconhecem que as entrevistas não podem ser isoladas dos contextos econômico, político e social dentro dos quais elas têm lugar. Respostas a entrevistas conduzidas em diferentes momentos ou diferentes lugares serão conformadas por tais condições externas. A replicação é contrariada por fatores externos que nós não podemos controlar. Nós não conseguimos sequer desembaraçar seus impactos imediatos dos impactos mediatos sobre o respondente durante a entrevista.⁶ Por fim, os efeitos de situação ameaçam o princípio da representatividade. À medida que os sentidos, atitudes e mesmo o conhecimento não pertencem aos indivíduos, mas são construídos pelas relações sociais, nós deveríamos obter amostras de situações sociais, e não de populações de indivíduos.⁷ Mas nós não

6 Entrevistas etnograficamente sensíveis dão a medida do quanto é difícil controlar os efeitos de contexto nesse tipo de pesquisa. A fim de reduzir os efeitos associados à entrevista, a pesquisa faz coincidir a raça do entrevistador e do entrevistado, mas isso pode exagerar os efeitos associados ao respondente e os efeitos de campo. Sanders (1995) mostrou que o campo racial mais amplo invade de tal forma a entrevista que alguns respondentes negros acham que seus entrevistadores negros são brancos, mesmo a entrevista sendo feita pelo telefone. Além disso, aqueles negros que identificaram seus entrevistadores como brancos adotaram atitudes mais conciliadoras. Em seu "experimento com caneta", Bischooping e Schuman (1992) mostraram que os resultados divergentes de pesquisa de intenção de votos antes da eleição de 1991 na Nicarágua resultaram da percepção dos respondentes de que a organização da pesquisa era ligada a um partido. Bischooping e Schuman concluíram que isso foi um produto da situação de polarização na Nicarágua, mas exatamente como aquele campo afetou as respostas permanece incerto.

7 Ver Stinchcombe (1980). Em relação às situações sociais, estou recorrendo a um situacionismo metodológico (Knorr-Cetina, 1981; Cicourel, 1964) para substituir um individualismo metodológico. Pesquisadores entrevistadores podem tentar construir situações sociais como uma variável, examinando, por exemplo, como a raça da pessoa é afetada pela situação, mas isso é bem diferente do situacionismo metodológico, no qual a situação, em vez do indivíduo, é a unidade de análise. Assim, Cicourel (1982) levanta o problema da "referencialidade" – o que podemos

temos a menor ideia de como determinar o universo das situações sociais relevantes, sem falar de como extrair uma amostra.

Não há nada de novo aqui – pesquisadores quantitativos minimamente sérios levam suas vidas tentando minimizar e/ou controlar os efeitos de contexto, admitindo-os como ruídos que devem ser investigados e não expurgados. Se os estudos anteriores a respeito das pesquisas quantitativas simplesmente revelaram os efeitos associados à entrevista, trabalhos mais recentes têm começado a teorizar sobre esses efeitos. A entrevista é vista como uma conversa distorcida na qual um dos interlocutores (o pesquisador) está ausente, na qual a conversa segue uma trajetória predefinida com respostas prescritas e na qual o diálogo é evitado.⁸ Incapaz de estabelecer uma base comum com o respondente, o entrevistador não pode evitar os erros e mal-entendidos. Uma resposta, portanto, deve induzir uma entrevista de tipo mais “narrativo”. Aqui, em vez de empurrar uma entrevista padronizada aos respondentes, o entrevistador permite a eles contarem sua própria história, oferecendo sua própria narrativa (Mishler, 1986). Pelo diálogo, o entrevistador reduz a distorção, mas incorre em reatividade e viola a regularidade, a replicabilidade e, muitas vezes, a representatividade.

saber sobre uma determinada situação a partir de uma conversa que acontece em outra situação?

- 8 Ver Clark e Schober (1992). Em um movimento inventivo, Sniderman e Piazza (1993) tentam construir um diálogo em sua pesquisa apresentando contra-argumentos predeterminados aos respondentes. Por exemplo, pergunta-se primeiro se os respondentes aprovam o apoio governamental para negros. Se os respondentes aprovam o aumento de gastos, então pergunta-se se eles manteriam essa posição caso os negros fossem selecionados para receber tratamento especial. Se, por outro lado, os respondentes não aprovam mais gastos, pergunta-se se eles manteriam essa posição caso isso significasse que os negros continuariam a ser mais pobres que os brancos. Os dados mostram que 44% dos brancos foram convencidos a mudar sua posição original. No caso de ações afirmativas, apenas 20% mudaram sua opinião em face de contra-argumentos. Não está claro por que haveria essas mudanças, se Sniderman e Piazza estão extraindo atitudes específicas de contexto, se as atitudes dos brancos em relação à raça é flexível e superficial ou se isso é simplesmente produto da própria situação de entrevista, na qual o respondente é levado por respostas esperadas. De qualquer forma, essas mudanças nas respostas sugerem a importância do estudo da própria entrevista como uma situação social.

Em outras palavras, ninguém nega a importância dos efeitos de contexto. Os pesquisadores quantitativos veem-nos como um desafio que precisa ser mensurado, reduzido e controlado. Entretanto, se assumirmos a perspectiva de que o contexto não é um ruído que mascara a realidade, mas sim a própria realidade, então, melhorar a pesquisa quantitativa significaria resolver o problema errado com as ferramentas erradas. Por isso, muitos consideram o caráter inevitável dos efeitos de contexto como uma demonstração das irremediáveis falhas da ciência positiva, justificando com isso o abandono da ciência como um todo em favor da abordagem interpretativa do mundo social. Podemos encontrar representantes influentes dessa escola “hermenêutica” de um lado em inúmeras disciplinas acadêmicas: filósofos como Hans Gadamer (1975) e Richard Rorty (1979) reduzem a ciência social ao diálogo e à conversa; antropólogos como Clifford Geertz (1973; 1983) consideram a etnografia uma descrição densa ou escavação do conhecimento local; sociólogos como Zygmunt Bauman (1987) argumentam que os intelectuais deveriam abandonar suas pretensões legislativas em troca de um papel mais interpretativo de mediadores entre comunidades; feministas como Donna Haraway recorrem a “saberes situados” (1991, Capítulo 9).

Essa não é a abordagem que eu proponho seguir. Desafiado com a inevitável lacuna entre os princípios positivos e a prática de pesquisa, eu nem abandonei a ciência como um todo, nem me resignei a refinar a prática com o objetivo de aproximar-me de princípios positivos inatingíveis. Em vez disso, eu proponho um modelo de ciência alternativo, uma ciência reflexiva que toma o contexto como ponto de partida, mas não como ponto de chegada.

A ciência reflexiva definida

A reflexividade nas ciências sociais é frequentemente considerada como a inimiga da ciência. Há muito tempo, Peter Winch (1958) argumentou que a reflexividade individual, quer dizer, o autocontrole do comportamento, leva a uma irrevogável incerteza na ação humana, tornando as previsões científicas impossíveis. Tudo o que a ciência social pode fazer é revelar os mundos discursivos e não discursivos das pessoas que ela estuda. Uma visão semelhante tem se tornado comum na antropologia, onde quer que sua guinada “linguística” ou “hermenêutica” tenha tido influência. Segundo sua versão extrema, nós estaríamos tão embaraçados por nossos julgamentos que, simplesmente, não restaria muito a fazer além de nos fixarmos em nossas biografias. Dentro do campo da sociologia, a reflexividade tem sido empregada de maneira mais construtiva. Alvin Gouldner (1970) voltou a sociologia contra si mesma, para descobrir as “hipóteses dominantes” dos paradigmas reinantes na sociologia “ocidental”, afirmando que elas estão fora de sincronia com o mundo que elas supõem espelhar. Mais tarde, Pierre Bourdieu (1977; Bóurdieu & Wacquant, 1992) convidou-nos à sociologia reflexiva que explicitamente busca aprofundar os fundamentos científicos da sociologia. Reconhecer nossa própria posição dentro no campo disciplinar permite-nos objetivar nossa relação com aqueles que estamos estudando, e isso fará de nós melhores cientistas.

Eu adoto uma abordagem um pouquinho diferente. Em vez de afirmar que existe um modelo de ciência que melhor realiza a consciência reflexiva, eu proponho uma dualidade metodológica, à coexistência e interdependência de dois modelos de ciência – a positiva e a reflexiva.⁹ Onde

9 Essa distinção pode ser estendida às ciências naturais. Há filósofos das ciências naturais, como Michael Polanyi (1958), que recusam a separação de sujeito e objeto. Sua teoria do conhecimento pessoal concede centralidade ao cientista natural que faz contato com e habita a “natureza”. De forma semelhante, Evelyn Fox Keller (1983, 1985) defende que os cientistas naturais, assim como os cientistas sociais, podem também ser parte do mundo que estudam, que eles têm uma relação humana com os objetos sob investigação. Na sua visão feminista, não são os objetos que

a ciência positiva propõe isolar o sujeito do objeto, a ciência reflexiva elege o diálogo como seu princípio definidor e a intersubjetividade entre participantes e observadores como sua premissa central. Isso une o que a ciência positiva separa: o participante e o observador, o conhecimento e o contexto social, a situação e sua posição no campo, a teoria popular e a acadêmica. Os princípios da ciência reflexiva podem ser extraídos dos efeitos de contexto que aparecem como obstáculos à ciência positiva.

A intervenção

O primeiro contexto que eu discuti foi a entrevista propriamente dita, que não é simplesmente um estímulo destinado a revelar a verdadeira condição ou situação do entrevistado, mas sim uma intervenção em sua vida. A entrevista retira o entrevistado do seu próprio tempo e espaço e o sujeita ao tempo e espaço do entrevistador. Na visão da ciência reflexiva, a intervenção não somente é uma parte inevitável da pesquisa sociológica, mas uma virtude a ser explorada. É por reação mútua que nós descobrimos as propriedades da ordem social. Intervenções criam perturbações que não são ruídos a serem expurgados, mas músicas a serem apreciadas, transmitindo os segredos ocultos do mundo dos participantes. As instituições revelam muito sobre si mesmas quando estão sob tensão ou crises, quando elas enfrentam o inesperado assim como a rotina. Ao invés da proibição contra a reatividade, que jamais poderá ser atingida, a ciência reflexiva prescreve e tira proveito da intervenção.

são característicos, mas a forma condicionada pelo gênero com que os abordamos. Finalmente, Roy Bhaskar (1979), de um ponto de vista realista, insiste na intervenção e no experimento como centrais tanto para as ciências naturais quanto para as sociais. A distinção entre ciência positiva e reflexiva não tem base ontológica; ela não depende da natureza do mundo em estudo. A distinção entre os dois modelos não se baseia em seu objeto (humano como oposto ao não humano), mas na relação do cientista com o objeto.

O processo

O segundo contexto diz respeito aos múltiplos significados associados ao “estímulo” do entrevistador, que enfraquecem a regularidade do resultado da pesquisa. Nós podemos padronizar as perguntas, mas não as interpretações que os respondentes farão delas. Os respondentes participam das entrevistas com múltiplas experiências derivadas de diferentes situações que são convidados a encaixar em um único ponto dos dados. Até mesmo perguntar a raça e o sexo de alguém pode revelar-se algo complicado, obrigando a que o respondente reduza sua ampla coleção de experiências a um único item numa lista de opções prontas. Há aqui uma dupla redução: primeiro, agregação, e depois, condensação das experiências.

A ciência reflexiva obriga o observador a desembrulhar essas experiências situacionais, ao acompanhar os participantes através do tempo e do espaço. Tal movimento pode ser virtual, como na interpretação historiográfica, ou então real, como na observação participante; ou alguma combinação de ambas, como na entrevista clínica. Mas há outra complicação aqui. Não apenas cada experiência situacional pode criar seu próprio “conhecimento situacional”, como esse conhecimento pode ser discursivo ou não discursivo. Se a dimensão discursiva da interação social, que nós podemos chamar de narrativa, pode ser captada pela entrevista, sua dimensão não discursiva, quer dizer, o conhecimento inexplicável, inconsciente ou tácito, às vezes relacionado a determinada consciência prática que subjaz a toda a interação social, requer algo mais. Tal dimensão pode ser descoberta através da “análise” ou da participação, “realizando” coisas *com e para* aqueles que estamos estudando (Garfinkel, 1967).

A tarefa da ciência reflexiva não se detém na compreensão situacional, na restauração do conhecimento situacional. Porque em primeiro lugar, sempre há múltiplos saberes, refletindo a posição de diferentes atores dentro da situação social. A ciência reflexiva seria imensamente complicada se sua meta fosse a exibição de múltiplas narrativas, de várias

vozes. Pior que isso: o conhecimento situacional é um conhecimento localizado no tempo e no espaço. Nem o espaço nem o tempo podem ser congelados e, por isso, o conhecimento situacional está em permanente fluxo. Portanto, tal como qualquer outra ciência, a ciência reflexiva deve realizar alguma redução. No caso, a redução é uma agregação – a agregação do conhecimento situacional dentro do processo social. Assim como a pesquisa quantitativa agrega os dados de um grande número de casos numa distribuição estatística a partir da qual podemos fazer inferências, a ciência reflexiva coleciona múltiplas leituras de um único caso, agregando-as ao processo social. O movimento da situação para o processo é alcançado de diferentes maneiras, tendo em vista métodos reflexivos distintos, dependendo sempre da teoria disponível. Mais adiante neste capítulo, eu discutirei como isso funciona com o estudo de caso ampliado.

A estruturação

O terceiro contexto é o campo externo dentro do qual a entrevista acontece. O campo não pode ser mantido constante e, por isso, a proposta da replicação é frustrada. Não é que os cientistas sociais simplesmente sedimentam o mundo que eles estudam de maneira idiosincrática e, portanto, irreprodutível; mas é que o campo externo tem sua própria dinâmica autônoma. Este campo de relações mais amplo não pode ser colocado entre parênteses ou em suspenso, pois o campo também está além e foge à competência da observação participante. Por conseguinte, nós veremos o campo externo como a condição de existência do lugar no qual a pesquisa acontece. De acordo com isso, nós nos dirigiremos para além do processo social para podermos delinear as forças que pesam sobre o âmbito da pesquisa etnográfica. Essas forças sociais são efeitos de outros processos da sociedade que, em sua grande parte, estão fora do escopo da pesquisa. Quando vistas como exteriores

ao observador, estas forças sociais podem ser estudadas com os métodos positivos que se tornam, deste modo, os auxiliares da ciência reflexiva.¹⁰

A ciência reflexiva, portanto, insiste em estudar o mundo cotidiano da perspectiva de sua estruturação, quer dizer, ao considerá-lo simultaneamente estruturado e estruturador das forças externas do campo.¹¹ Esse campo de forças pode ter características sistêmicas específicas, operando com seus próprios princípios de coordenação e contradição, e com sua dinâmica própria, quando se impõe sobre múltiplos locais.

O quarto efeito de contexto está relacionado ao segundo: a ascensão da situação social sobre a situação individual, o que problematiza a seleção da amostra com base no indivíduo. Se a representação é inexecutável, haveria outra forma de se produzir a generalidade? Em vez de deduzirmos a generalidade diretamente a partir dos dados, nós podemos transitar de uma generalidade a outra, quer dizer, rumo a uma generalidade mais inclusiva e ampliada. Nós podemos começar com a nossa teoria favorita, mas procurando não confirmações e sim refutações que nos inspirem a aprofundar aquela teoria. Em vez de descobrir a

10 Em outras palavras, sigo Abbott (1992, 1997) e Somers e Gibson (1994) na distinção entre a "narrativa" do processo social e a causalidade das forças sociais. No entanto, onde eles querem substituir a segunda pela primeira, eu insisto em preservar um lugar para as forças sociais como expediente metodológico e realidade experimental, enquadrando e cercando os processos sociais.

11 Anthony Giddens (1984) fez da estruturação o *leitmotif* do seu trabalho. Ele busca transcender o dualismo entre sujeito e objeto, agência e estrutura, micro e macro substituindo a noção de dualidade, na qual as práticas simultaneamente reproduzem as condições que as tornam possíveis. Ele destaca como a estrutura facilita a ação, em vez de restringi-la, de forma semelhante a como a língua possibilita a fala. No fim, noções intuitivas de estrutura evaporam e nos deixam apenas uma visão voluntarista que enfatiza o controle que exercemos sobre nossos mundos. Eu retorno a uma noção de estruturação mais convencional na qual "estrutura", ou "forças sociais", de fato restringem o que é possível, apesar de elas serem elas mesmas continuamente reconfiguradas. O que ele concebe como estruturação é próximo do que eu chamo de processo, mas, mesmo aqui, eu dou mais centralidade às estruturas de micropoder que estão fora do controle dos indivíduos.

teoria estabelecida, nós elaboramos a teoria existente.¹² Não devemos nos preocupar com o caráter excepcional e incomparável do nosso caso, uma vez que nós não estamos tão preocupados com sua representatividade, mas com sua contribuição para a reconstrução da teoria.¹³ Nosso ponto de partida teórico pode estender a teoria popular dos participantes para alguma lei abstrata qualquer. Nós pedimos somente que os cientistas considerem isso um progresso digno de nota.

Mas o que distinguiria a reconstrução "progressiva" da "degenerada"? Seguindo Karl Popper (1963, Capítulo 10) e Imre Lakatos (1978), nós procuramos reconstruções que geralmente conservem os postulados centrais intactos funcionando tão bem como a teoria preexistente sobre a qual as reconstruções serão feitas e que absorvam as anomalias com parcimônia, oferecendo novos ângulos de visão. Por fim, as reconstruções conduziram a surpreendentes prognósticos, alguns dos quais comprovados. Estas são exigências pesadas demais e que raramente são respeitadas por aqueles que empreendem uma reconstrução progressiva da teoria.

O diálogo é o princípio unificador da ciência reflexiva, que é dialógica em cada uma das quatro dimensões a seguir. Ela requer a intervenção do observador na vida do participante; ela demanda uma análise da interação dentro das situações sociais; ela desvenda os processos locais em um relacionamento mutuamente determinado com as forças externas; e ela considera que a teoria emerge não apenas do diálogo entre observador o participante, mas dos observadores consigo mesmos, vistos agora como participantes em uma comunidade científica. Teorias não

12 Um conjunto substancial de filosofia da ciência, constituído pela exploração histórica do desenvolvimento do conhecimento, defende que a ciência desenvolve-se pela absorção de anomalias dentro de paradigmas (Kuhn, 1962) ou dentro de programas de pesquisa (Lakatos, 1978), bem como por meio da competição entre paradigmas ou programas de pesquisa.

13 Rebecca Emigh (1997) fez a distinção crítica entre análise de "casos de desvio" em que os indivíduos de fora do lugar aumentam a capacidade de generalização da nossa teoria, e análise de "casos negativos" que aumentam o "conteúdo empírico" da teoria, e que tenho chamado de teoria da reconstrução.

brotam em tábula rasa a partir dos dados, mas são levadas adiante pelo debate e pela divisão do trabalho intelectual. Então, elas reingressam no mundo dos participantes, para aí serem adotadas, refutadas e ampliadas de maneiras intencionais e não intencionais, refluindo para a ciência.¹⁴ Aquilo que a ciência oferece não é uma verdade definitiva, não é uma certeza absoluta, pois ela está em contínuo processo de revisão.

O método do estudo de caso ampliado

A ciência reflexiva está para o método do estudo de caso ampliado assim como a ciência positiva está para a pesquisa quantitativa – a relação é do modelo com o método, os princípios que legitimam as práticas em cada situação. Assim como nós codificamos a pesquisa quantitativa, devemos agora fazer o mesmo com o estudo de caso ampliado. Nesta seção, eu retornarei ao meu estudo da zambianização para ilustrar este método, apontando as formas pelas quais ele pode se beneficiar de uma maior autoconsciência metodológica. Na seção posterior, eu utilizarei meu estudo de caso de modo oposto, para lançar luzes sobre as limitações inerentes à ciência reflexiva.

Ampliando o observador até o participante

Na concepção positivista, a observação participante traz percepções por meio da proximidade, mas com o prejuízo da distorção. A perspectiva reflexiva abraça a participação como uma intervenção, exatamente porque ela distorce e perturba. A ordem social revela-se à medida que reage à presença sofrida. Mesmo o observador mais neutro e passivo produz agitações

14 Novamente, Anthony Giddens (1992) promoveu grande parte dessa troca entre teoria acadêmica e leiga, argumentando que a sociologia parece não evoluir porque suas descobertas se tornam conhecimentos comuns. A reflexividade da teoria social, ele argumenta, é um dos traços distintivos da modernidade.

que são merecedoras de investigação, ao passo que o ativista que procura mudar o mundo pode aprender muito sobre sua resistência à mudança.¹⁵

Com frequência, as intervenções mais sísmicas entram e partem do campo. Frequentemente, grupos sociais manifestam uma boa quantidade de resistências formais e informais ao ser estudados muito de perto – resistências que revelam muito sobre os principais valores e interesses de seus membros, bem como sua capacidade de afastar o perigo. Deixar o campo também é uma modalidade de intervenção, uma vez que é esse o momento em que os participantes frequentemente revelam seus segredinhos mais bem-guardados, ou criam coragem para dirigir questões que eles jamais se atreveriam a perguntar ao etnógrafo antes. Mas a principal bomba detona quando o forasteiro devolve suas descobertas aos participantes. Poucas pessoas apreciam ser parceladas, reduzidas a forças reificadas ou, de qualquer outra maneira, tratadas como um simples objeto de pesquisa sociológica. Além disso, muitas comunidades são clivadas por conflitos, de modo que é impossível atravessá-las, satisfazendo expectativas de todas as partes, não importa quão cuidadoso seja o observador. Embora dolorosas, os etnógrafos sempre aprendem muito com suas intervenções.

Quando eu concluí meu estudo sobre a zambianização, eu decidi pedir aos altos executivos da empresa *Anglo American Corporation* a permissão para publicá-lo, considerando que a empresa havia me empregado e, portanto, patrocinado a pesquisa que eu conduzi nas minas de cobre. Eles não tinham a menor ideia de que eu estivesse estudando por três anos a zambianização. Quando eu lhes mostrei meu relatório, eles ficaram chocados e surpresos por eu ter me atrevido a abordar um assunto tão delicado. Após lerem o original, eles se recusaram com veemência

15 Minha posição aqui não é diferente dos três “contos do campo” (John van Maanen, 1988) – contos realistas que privilegiam o participante, contos confessionais que privilegiam o observador e contos impressionistas que destacam a interação entre os dois. O último, que é aquele que ele privilegia, é semelhante à abordagem intervencionista que estou advogando aqui.

a autorizar a publicação, alegando que seu conteúdo era politicamente explosivo. Eu repliquei que o relatório havia sido baseado em seus próprios dados. Por fim, eles aceitaram dar-me uma concessão simbólica. Visto que as minas acabaram de ser nacionalizadas, a decisão de publicar não era mais prerrogativa deles, mas responsabilidade do governo de Zâmbia. Então, decidi enviar o original ao Ministério das Minas e Energia, responsável pela zambianização. O responsável no ministério era um expatriado – novo no emprego, mas veterano nas minas – e viu o relatório como uma forma de obter algum prestígio ao desafiar as práticas das companhias mineradoras. Baseado como estava em cuidadosas e detalhadas pesquisas realizadas internamente, ele considerou o relatório como uma autêntica arma para o avanço da zambianização. Ele disse então: “Uma vez que seu relatório critica o governo, os sindicatos, os sucessores zambianos, os expatriados e as corporações; enfim, uma vez que ele critica a todos, é porque ele deve ser objetivo”. Conforme combinado, a monografia foi publicada sob o título de *A cor da classe nas minas de cobre* [*The colour of class on the copper mines*], graças ao Instituto para Estudos Africanos da Universidade de Zâmbia. Ele obteve muita repercussão. Sua análise das classes era hostil tanto às companhias mineradoras quanto aos expatriados e às autoridades do governo. No entanto, os gerentes da empresa em Lusaka usaram meu livro para disciplinar a administração no Cinturão do Cobre. O carimbo de certificação acadêmica fez da minha pesquisa uma arma nas mãos das companhias mineradoras – com em um feliz casamento do saber com o poder.

Nenhuma reivindicação de imparcialidade pode nos livrar, seja dos dilemas de sermos partes do mundo que estudamos, seja das consequências inesperadas daquilo que escrevemos. Porque aquilo que escrevemos acaba circulando no mesmo mundo que procuramos compreender e, de lá, explode em nossas faces. Tal como sugiro na seção a seguir, as reações à minha pesquisa representam tanto a confirmação como um desafio à teoria contida em *A cor da classe nas minas de cobre*.

Ampliando as observações no espaço e no tempo

Essas dramáticas consequências da pesquisa ocorrem todo dia em miniatura. Etnógrafos associam-se a participantes por períodos extensos e em lugares diversos. Todos os dias ingressamos no campo e nos preparamos para testar as hipóteses produzidas a partir da intervenção do dia anterior. O trabalho de campo é uma sequência de experimentos que continuam até que a teoria de alguém entre em sincronia com o mundo que ele estuda. Trata-se de um processo de sucessiva aproximação que pode, é claro, dar errado. Perturbações não pacificadas entre observações e expectativas significam incompreensão, ao passo que choques eventuais obrigam-nos a uma saudável reorientação da teoria que emerge. Neste nível, teorizar significa compilar o conhecimento situacional em um relato do processo social. Mas como isso funciona?

Situações envolvem relações de copresença, oferecendo as condições para práticas que reproduzem aquelas relações. O arquétipo desta concepção das situações sociais é a forma como o marxismo trata a produção. À medida que os trabalhadores transformam a natureza em coisas úteis, eles simultaneamente produzem seus próprios meios de vida (o trabalho necessário) e a base do lucro (o mais-trabalho), quer dizer, por um lado, eles reproduzem o trabalhador e, por outro, o capitalista. Mas esse processo continua: os trabalhadores retornam no dia seguinte, porque não têm outra fonte alternativa de sobrevivência. Eles estão, pois, sujeitos ao poder do capital, ou o que eu tenho chamado de regime político de produção que regula a divisão do trabalho, a mobilidade entre os postos na divisão das tarefas, a remuneração, e por aí vai. A questão é simples: a produção torna-se reprodução somente sob uma estrutura específica de poder do capital. E nós podemos compilar o conhecimento situacional em um relato do processo social porque os regimes de poder estruturam e transformam situações em processos.

Isso pode ser aplicado ao meu estudo de caso. A zambianização teve lugar durante a erosão do “despotismo colonialista”, em direção a um regime

de produção menos punitivo, mas ainda assim fundado na barreira racial. Trabalhando com o vocabulário de Anthony Giddens e William Sewell, poderíamos afirmar que, dentro deste regime político, os recursos como o dinheiro, a habilidade, a educação, o prestígio etc. eram distribuídos ao longo das linhas raciais, sustentadas por esquemas de supremacia racial branca, na forma de normas, crenças, teorias etc.¹⁶ A zambianização é posta em prática quando um zambiano é promovido a fim de substituir um expatriado. O expatriado, por sua vez, busca preservar seu emprego (um recurso) e olha para o novo postulante como alguém inferior (uma armação). A gerência intervém para abrir um novo posto de trabalho para o expatriado, que leva consigo algo da sua antiga autoridade e suas atribuições, deixando o sucessor com poucos recursos. Os subordinados do sucessor, vendo-o como uma versão diminuída do predecessor, retiram seu apoio e sua confiança nele. Incapaz ou sem vontade de conseguir apoio em seu chefe branco, o novo supervisor zambiano recorre a métodos mais tirânicos, o que só confirma as piores suspeiras dos seus subordinados. Do ponto de vista deles, o novo supervisor zambiano é ainda pior que seu antecessor branco: o novo está tentando reinventar o despotismo do passado. Cada vez mais, os subordinados recusam-se a cooperar com ele; e o ciclo continua até um novo equilíbrio entre coerção e consentimento ser alcançado. O regime de poder, quer dizer, a barreira racial é assim reproduzida.

Três coisas são dignas de nota. Em primeiro lugar, a situação social transforma-se em um processo social porque a ação social pressupõe e reproduz seu regime de poder. Ao participar da situação usando termos da barreira racial, a barreira racial é reproduzida através dos participantes. Em segundo lugar, nas lutas em torno do regime de poder, a temporalidade e as macroestruturas são invocadas como recursos e esquemas *internos* à situação social. O sucessor zambiano reclama que

16 Giddens (1984) e Sewell (1991). Ainda, estou mais próximo de Bourdieu e Foucault do que de Giddens e Sewell, que têm pouco a dizer sobre como o poder entra na constituição das condições de nossa existência.

os brancos continuam dominando e que a independência não trouxe grandes mudanças. Os mineiros zambianos veem seu novo chefe negro recriar o passado despótico ou impor uma nova supremacia étnico-tri-bal. Em terceiro lugar, as intervenções vindas de fora da situação social têm suas consequências estruturadas pelo regime de poder. A gerência pode criar posições para substituir os expatriados, como se fossem “favores” ao sucessor zambiano, mas o efeito disso é enfraquecê-lo. A gerência pode ainda recrutar pessoal com ensino médio para melhorar a qualidade dos quadros, mas o efeito disso é exacerbar os conflitos entre os veteranos e os calouros.

A reprodução da barreira racial provocou mudanças na hierarquia das relações sociais: relações entre negros e brancos tornaram-se mais distantes e indiretas, enquanto as relações entre negros e negros tornaram-se mais tensas e conflituosas. A reprodução do regime de poder é assegurada internamente por meio da mobilização de recursos e de esquemas. Ela também é assegurada externamente, para além do campo da observação participante – mas isso requer a análise das forças sociais.

Ampliando a partir do processo em direção às forças sociais

Eu poderia ter concluído meu estudo da zambianização com uma demonstração das leis gerais da barreira racial: embora a organização se modifique, a autoridade sempre flui do branco para o negro. Eu poderia ter dado ainda mais força à lei, ao apresentar as mesmas evidências num contexto bem diferente, como o dos Estados Unidos, onde as linhas de gênero e de etnia também têm estranhas maneiras de se reproduzir.¹⁷ Mas essa seria a estratégia da generalização indutivista, a saber, buscar padrões comuns entre casos diversos, para que o contexto pos-

17 Há uma ampla literatura aqui começando da análise de processos organizacionais de Rosabeth Kanter (1977) passando pela análise das forças que dão forma à posição da linha de gênero, de Ruth Milkman (1987) até a análise de classe das forças em

sa ser desconsiderado. Podemos chamar isso de abordagem horizontal ou segregadora, na qual os casos são agregados como se fossem átomos independentes. Por outro lado, o estudo de caso ampliado mobiliza uma estratégia comparativa diferente, rastreando as origens de pequenas diferenças até chegar às forças externas. Podemos chamar isso de abordagem vertical ou integradora. Aqui, a finalidade da comparação é ligar os casos de maneira fortuita. Em vez de reduzir os casos à lei geral, nós interconectamos casos com outros.

A cor da classe nas minas de cobre proporcionou duas comparações interconectadas. A comparação dominante era entre a zambianização após a independência com o avanço da África sob a ordem colonial. A segunda, muito menos desenvolvida, era a comparação da zambianização de baixo para cima da minas, com a zambianização de cima para baixo do governo. Para entender por que, apesar da democracia e apesar da dissolução formal do racismo, a barreira racial reproduziu-se no Cinturão do Cobre, eu tive de escavar a história. Sob a ordem colonial, as companhias mineradoras haviam tentado com persistência “fazer com que os africanos progredissem” ao elevá-los a posições outrora monopolizadas pelos brancos.

O pouco que foi conseguido nesse sentido, deu-se por meio da fragmentação e da desqualificação do emprego dos brancos. Os sindicatos africanos sempre foram ambivalentes em sua visão do progresso dos africanos, uma vez que a maioria de seus membros estava bem mais interessada em aumento de salários e melhorias nas condições de trabalho. O regime colonial era pressionado pelas companhias mineradoras e por seu escritório colonial em Londres a apoiar o avanço gradual dos africanos, tanto como válvula de escape para as aspirações frustradas, como por lucro. A comunidade de colonizadores brancos representava um influente contrapeso em oposição a qualquer mobilidade ascendente dos

disputa em ações afirmativas e condições iguais (semelhante aos dois significados de progresso africano), de Linda Blum (1991).

africanos. Na maioria das ocasiões, o governo colonial buscou manter-se fora do conflito, entrando nele somente como juiz quando o aparato das relações industriais esgarçava.

O governo de sucessão zambiano, não mais ligado a Londres, tornou-se ainda mais favorável às companhias mineradoras como sua maior fonte de receita fiscal. Embora os gerentes brancos perdessem seu poder político formal, sua influência continuava, uma vez que a operação das minas também dependia da sua perícia técnica. Por sua vez, a elite política zambiana manteve os expatriados nos altos níveis de comando da indústria do cobre, porque não queria depender de uma elite econômica estrangeira e potencialmente rival. Além disso, o governo pós-colonial tinha que responder aos clamores nacionalistas que os zambianos dirigiam a seu próprio país. E o governo respondeu a isso não por meio de uma vigorosa zambianização, mas pela nacionalização das minas, o que deixou sua organização interna intacta. A zambianização de cima para baixo, na capital, impelia a zambianização de baixo para cima, no Cinturão do Cobre.

Longe de independentes, os dois casos determinavam-se mutuamente. As raízes da resiliência da barreira racial no Cinturão do Cobre, ligava-se à erosão dessa mesma barreira no governo. Esse era o princípio da estruturação – localizando os processos da sociedade no âmbito de pesquisa, em uma relação de mútua determinação dentro do campo de forças sociais. Mas nós podemos ir além e perguntar se estas forças extralocais exibem um caráter processual próprio. Teriam elas uma certa “sistematicidade” tendente a reproduzi-las? Uma vez mais, nós só podemos continuar a fazer tais perguntas com a ajuda da teoria, neste caso, a teoria marxista. *A cor da classe nas minas de cobre* participou de um debate sobre o Estado capitalista, afirmando que o Estado pós-colonial preservou a estrutura geral das classes, não porque ele fosse um instrumento passivo do capital, mas antes porque ele era institucionalmente autônomo, mas economicamente dependente do capital. Aqui havia

uma compreensão emergente da estruturação das forças de classe – a tendência de serem reproduzidas domesticamente com base num regime nacional de poder.

Eu poderia ampliar tal princípio de estruturação, ao considerar o arranjo do Estado e das classes sociais em Zâmbia como um processo estruturado aninhado em uma constelação de forças e atores internacionais. Em vez de me deter no nível nacional, eu abordei as forças e atores internacionais não como restrições, mas como recursos mobilizados pela elite dominante para legitimar sua dominação. A elite africana centrava suas forças para além do controle nacional – contratos comerciais, preço do cobre, especialistas ocidentais, corporações transnacionais – com a finalidade de obscurecer o caráter de classe do pós-colonialismo. A classe governante africana desenvolveu o neocolonialismo em sua própria versão do estudo de caso ampliado, negando seu poder de classe ao admitir sua impotência perante as forças externas. Essa perspectiva das novas elites encontrou seus representantes dentro do discurso acadêmico com a teoria do subdesenvolvimento, popularizada por Paul Baran e André Gunder Frank. Mais tarde, tal teoria sofreria objeções de estudos comparativos que enfocavam a capacidade do Estado projetar para si um “desenvolvimento dependente”, dentro de uma economia mundial em mutação. Ainda hoje, o debate continua, com a rejeição enfática do projeto “desenvolvimentista” como algo destrutivo aos países subdesenvolvidos (Escobar, 1995; e Ferguson, 1990). Contudo, meu interesse agora é confrontar o neocolonialismo e a teoria do subdesenvolvimento que limitavam tanto o dado local como o extralocal às fronteiras nacionais com a análise de classes. Olhando para traz, hoje eu vejo que subestimei a importância das forças internacionais. Zâmbia dependia de uma única mercadoria – o cobre – cujo preço caía continuamente nos mercados internacionais e isso sujeitava o país ao FMI e seus programas de ajuste fiscal. Vinte e cinco anos após a nacionalização das minas de cobre, o governo de Zâmbia tentava vendê-las para reprivatizá-las. O governo

trouxe de volta os gerentes expatriados para tornar as minas mais atraídas aos investidores estrangeiros. Enfim, a economia zambiana estava sendo recolonizada sob as ordens do seu próprio governo.

Ampliar a teoria

Todas as três primeiras “ampliações” – intervenção, processo e estruturação – precisam de uma teoria existente. Mas nossa postura diante da própria teoria é suicida. Em nosso trabalho de campo, nós não procuramos confirmações da teoria, mas sim refutações à teoria. Primeiro, nós precisamos da coragem das nossas convicções, depois, da coragem para desafiar nossas convicções e, finalmente, da imaginação para manter nossa coragem na reconstrução teórica. Se essas reconstruções transformam-se num custo grande demais, nós podemos ter que abandonar a teoria como um todo e começar do zero com uma teoria nova e interessante, para a qual nosso caso é, novamente, uma anomalia.

Eu não era metodologicamente autoconsciente sobre a ampliação teórica existente em *A cor da classe nas minas de cobre*, mas a estratégia atravessou a monografia. O próprio conceito de sucessão foi tirado do estudo de caso feito por Alvin Gouldner (1954), sobre as reverberações organizacionais de processos de sucessão gerencial.¹⁸ Mas enquanto a dele era uma “sucessão natural”, a zambianização foi um caso de “sucessão forçada” – imposta de cima para baixo e oposta de baixo para cima. O sucessor zambiano tinha que lidar com a desconfiança dos seus subordinados e com a resistência ou indiferença do seu supervisor; e tinha que lidar ainda com suas próprias dúvidas a respeito da sua competência e habilidades.

18 Partindo das tensões internas à análise de Weber da burocracia, mas recusando sua caracterização monolítica, Gouldner (1954) desenvolveu três tipos-ideais de burocracia: fingida, representativa e punitiva. Ao fazer isso, Gouldner isolou o contexto de sua fábrica de gipsita, não alcançando a especificidade histórica de seus tipos ideais. O método do estudo de caso ampliado teria tentado situar a fábrica em seu contexto político, econômico e geográfico. Ver Burawoy (1982)

A teorização do processo social foi ampliada para a teorização das forças sociais mais amplas. Primeiro, eu desconstruí o relatório do governo sobre a zambianização. Ocultos atrás dos seus dados, jaziam os verdadeiros processos de sucessão forçada sob o princípio da barreira racial. Ao contrário das alegações do relatório, os expatriados estavam mais firmes do que nunca no controle da indústria. Por outro lado, eu evitei a tese neocolonial que responsabilizava uma certa conspiração por parte de forças internacionais pelo contínuo atraso de Zâmbia. Novamente, a questão aqui não era que tal afirmação estivesse equivocada – obviamente, Zâmbia estava presa pelo torniquete das multinacionais e do comércio internacional – mas que sua parcialidade obscurecia os interesses de classe da nova elite dominante.

Eu era mais direto ao rejeitar teorias que atribuíam o subdesenvolvimento ao atraso cultural do trabalhador zambiano ou, como era mais comum, ao seu comportamento industrial anômico e indisciplinado. Robert Bates (1971), por exemplo, afirmou que o governo zambiano pós-independência havia fracassado em disciplinar os mineiros. Porém, um exame cuidadoso deste e de outros dados sobre produtividade, absentismo, rotatividade, indisciplinada e greves, não oferecia base para suas afirmações. Ele simplesmente adotou a ideologia do “trabalhador zambiano preguiçoso”, das classes administrativa e governante, culpando os trabalhadores pela ineficiência e pelos conflitos cujas origens jaziam em outros lugares, como a permanência e continuidade da ordem racial (Burawoy, 1972b).

A teoria de Frantz Fanon sobre a “revolução pós-colonial” guiou minha análise (Fanon, [1952] 1968a; [1961] 1968b). Embora eu não fosse explícito em minha reconstrução, como eu seria hoje, eu consegui entender a teoria de Fanon a Zâmbia: uma colônia que não teve uma luta de libertação nacional baseada no campesinato. Minha análise das multinacionais, dos mineiros, dos gerentes zambianos e dos expatriados assemelhou-se a sua dissecação dos interesses de classe da burguesia nacional, dos intelectuais e do campesinato. Eu voltei as alegações do

governo a respeito da indisciplinada, indolência e anomia do trabalhador contra a própria elite dominante emergente, cuja extravagância e auto-indulgência emanava de uma rápida mobilidade ascendente. Quanto aos mineiros, eles eram o protótipo da aristocracia operária, vista por Fanon. Eles perseguiram seus interesses econômicos mesquinhos, mostrando pouca preocupação com a barreira racial, e vendo a nacionalização das minas como uma investida do governo para impor uma disciplina mais dura. *A cor da classe nas minas de cobre fez mais do que reencar as categorias de classe de Fanon; o livro pôs em movimento o mapeamento das classes, ao conectar as macroforças que impulsionavam o avanço africano à zambianização, aos microprocessos de sucessão.*

A teoria é essencial para cada dimensão do estudo de caso ampliado. Ela guia as intervenções, ela constitui o conhecimento situado em processos sociais e localiza esses processos em seu contexto mais amplo de determinação. Além disso, a teoria não é algo armazenado na academia, mas torna-se ela própria uma intervenção no mundo que procura estudar. Com efeito, *A cor da classe nas minas de cobre* tornou-se uma profecia que refutou a si mesma. Meus informantes que atuavam no ministério, depois na mídia e, finalmente, nas companhias mineradoras começaram a transformar o mundo que eu havia descrito. Eles tentaram revogar os interesses da nova elite governante em reproduzir a barreira racial no Cinturão do Cobre.

Essa refutação da profecia, como qualquer outra, não é motivo para se desanimar da teorização, mas uma oportunidade para a ampliação da teoria mesma. As forças que revelei em minha publicação esforçaram-se por corroborar a visão das companhias mineradoras adaptando-se com flexibilidade às iniciativas do governo. Mas elas também mostraram que o governo nem sempre era cego à continuidade da barreira racial; que os interesses do Estado pós-colonial não eram tão homogêneos como eu havia descrito; e que as forças sociais são elas mesmas subprodutos contingentes de processos sociais. No modelo positivo, a ciência social

mantém-se atrás e observa o mundo que estuda, ao passo que no modelo reflexivo, a teoria social intervém no mundo que ela procura entender, desestabilizando sua própria análise.

Os efeitos de poder

Ao defender a ciência reflexiva e o estudo de caso ampliado, eu não estou reivindicando ou estabelecendo nenhuma panaceia. Uma vez que há um hiato insuperável entre a pesquisa quantitativa e o modelo positivo que ela procura emular, um hiato semelhante separa o estudo de caso ampliado e os princípios da ciência reflexiva. Enquanto no modelo positivo o hiato resulta dos efeitos de contexto, no reflexivo resulta dos efeitos de poder. Intervenção, processo, estruturação e reconstrução são ameaçados por dominação, silenciamento, objetivação e normalização. Entretanto, as autolimitações dos princípios reflexivos resultantes da ubiquidade do poder não são motivos para o abandono do estudo de caso ampliado, assim como os efeitos de contexto não são motivos para o abandono da pesquisa quantitativa. O objetivo é examinar essas limitações para levá-las em conta e, talvez, reduzi-las.

A dominação

O cientista social participante não pode evitar a dominação. Com frequência, a entrada no campo é uma luta de poder prolongada e subreptícia entre a intromissão do forasteiro e a resistência do nativo.¹⁹ Como

¹⁹ O estudo de James Clifford (1998, capítulo 2) do antropólogo francês Marcel Griaule destaca as estratégias de poder, as técnicas de vigilância panópticas que os estrangeiros usam para documentar os colonizados recalcitrantes. A etnografia depende de uma disputa de poder escancarada entre observador e participante. Clifford contrasta isso com a iniciação subsequente de Griaule na vida Dogon por um dos chefes desse povo. Griaule se torna um interprete da “autêntica” cultura Dogon, um embaixador que defenderia seus interesses em um mundo colonial. De mentiroso e adversário obstinado o informante se torna colega e professor. Mas em nenhum

eu vasculhava os relatórios das companhias de mineração e participara de negociações do alto escalão, eu precisei ocultar minhas verdadeiras intenções da empresa. Para penetrar a blindagem dos poderosos, os cientistas sociais precisam ser sortudos e/ou desonestos; os menos poderosos são os mais vulneráveis. Mas mesmo eles possuem suas defesas. Assim, ao focar o outro lado da barreira racial, eu tive que usar o pretexto de uma pesquisa quantitativa para manter contato com os empregados de escritório zambianos e recrutar estudantes africanos para descobrir as opiniões dos trabalhadores desqualificados ou semiqualeificados. Mas isso introduziu uma outra camada de poder dentro da equipe de pesquisa: minha branquidade, com todos os seus recursos, e a negritude dos meus colaboradores. Os estudantes trabalhavam no subsolo das minas, nas fundições e no assentamento dos trilhos da ferrovia, enquanto eu conduzia entrevistas com os gerentes. Não havia dúvida de que eu era o *bwana* [o grande chefe] e que eles trabalhavam para o dominador, enviando-me anotações do campo, mas calando sobre seus pontos de vista. Eu estava reproduzindo a barreira racial dentro da própria equipe de pesquisa.

Nem a dominação nem a resistência evaporam por milagre com a entrada no campo. O cientista social interventor enfrenta dois momentos de dominação interligados: primeiro como participante e depois como observador. Como participante em lugares perpassados por hierarquias, ideologias em competição e lutas em torno de recursos escassos, nós somos enredados pelas tramas de poder. Seja lá a quem pertença o solo onde pisamos, administradores ou trabalhadores, brancos ou negros, homens ou mulheres, nós estamos automaticamente implicados em relações de dominação. Como observadores, não importa o quanto adoramos nos enganar: não estamos em “nossa própria casa”, como diria Alvin Gouldner (1973). Nós estamos no campo por motivos inconfessáveis. Nossa missão pode ser nobre – ampliar os movimentos sociais,

dos casos há a construção simétrica sólida de um retrato etnográfico. O poder cobre ambas as dramaturgias.

promover a justiça social, desafiar os horizontes limitados da vida diária –, mas não há escapatória para as divergências elementares entre os intelectuais (não importa o quão orgânicos sejam) e os interesses da sua clientela declarada. Em poucas palavras, as relações de dominação podem não ser tão gritantes como eram sob a ordem social e racial nua e crua do Cinturão do Cobre em Zâmbia; não obstante, elas estarão sempre lá, tornando nosso conhecimento algo incompleto.

O silenciamento

Isso nos leva à segunda faceta do poder – o silenciamento. A ideologia dominante apresenta os interesses da classe dominante como sendo os interesses gerais. A retórica nacionalista no relatório da zambianização dissimulava os interesses de classe e de raça. Então, como fazer para revelar as configurações subjacentes de interesses? Como observadores participantes atuando em vários locais de trabalho dentro e longe das minas, nós registramos vozes discordantes de trabalhadores, expatriados e sucessores zambianos. Esse era o filé mignon do trabalho de campo. Quando eu compilei nossas observações ampliadas, feitas em diferentes situações, em um processo social único – o processo de zambianização compreendido como uma sucessão forçada –, essas vozes foram congeladas e reduzidas a simples interesses. Eu estava apto a descobrir os interesses específicos e conflitantes que jaziam atrás da retórica nacionalista. Mas essa nova cristalização dos interesses inevitavelmente marginalizaria, excluiria e distorceria outras vozes.

Então, se eu havia sido mais fiel ao Fanon de *Pele negra, máscaras brancas* [*Black Skin, White Masks*] que ao Fanon de *Os condenados da Terra* [*The Wretched of the Earth*], eu poderia ter explorado a formação das subjetividades coloniais, em especial a do sucessor zambiano, que era o protótipo do “crioulo colonial” de Fanon, preso em um mundo branco que o rejeitava como raça inferior. Se minha própria cor não havia evitado isso, eu teria que examinar a maneira como os regimes colonial e pós-colonial

induziram patologias que incapacitaram os sucessores zambianos e, por meio disso, reproduziram o universo maniqueísta do branco *versus* o negro, jogando africanos contra africanos. Uma vez que o silenciamento é inescapável, nós precisamos ficar atentos às vozes novas ou reprimidas, para desalojarmos ou desafiar nossas configurações artificialmente congeladas e estarmos prontos para remodelar nossas teorias para incluir essas novas vozes, isso sem dissolvê-las num burburinho.

A objetivação

No estudo de caso ampliado, a segunda ampliação – das vozes em situações sociais aos interesses em processos sociais – é seguida por uma terceira ampliação – dos interesses em processos sociais às forças da estrutura social. A estruturação envolve processos sociais localizados no contexto das suas determinações externas. Por isso, a zambianização acompanhou a barreira racial, apesar disso ser contrário à ideologia nacionalista, por causa do equilíbrio das forças externas que parecem todopoderosas. A objetivação, ou seja, o problema de hipostasiar as forças sociais como coisas externas e naturais, é um perigo inerente a essa abordagem. Há limites simples ao alcance temporal e espacial da observação participante, para além dos quais nós substituímos forças por processos.

Entretanto, a objetivação é mais que um instrumento metodológico; ela também revela os próprios poderes reais exercidos pelos sistemas político, econômico e cultural sobre o mundo da vida (Habermas, 1987). Mas seu poder não deve ser exagerado. As forças são sempre os efeitos hipostasiados de processos dissimulados, ou seja, cada sistema está na dependência de processos mutantes do seu próprio mundo da vida interno. Além disso, os mundos da vida – tanto aqueles que observamos diretamente como aqueles que nós reduzimos às forças – são eles mesmos crivados de poderes, gerando demandas e carências que escapam para a esfera social. Ao redor de tal formação discursiva de demandas e carências, cristalizam-se movimentos sociais que podem desalojar

as forças do sistema (Fraser, 1989). Por fim, as forças do sistema têm suas próprias contradições que eclodem de repente como quando meu informante no ministério encorajou um ataque público contra a condução da zambianização feita pelas companhias mineradoras. Enquanto abraçamos a objetivação, devemos sempre estar preparados para os processos subterrâneos que irrompem e despedaçam o campo de forças.

A normalização

Por fim, a reconstrução da teoria é em si mesmo um processo coercivo de mútuo ajustamento. De um lado, situações complexas são adaptadas sob medida para se ajustarem a uma determinada teoria. O lugar no campo é reduzido a um caso, embora seja um caso anômalo vis-à-vis a teoria. Por outro lado, a teoria é ajustada sob medida ao caso, então recomposto para interpretar a anomalia. Essa mútua modelagem cria um aparato para reduzir o mundo a categorias que podem ser investigadas, lugares que podem ser avaliados, pessoas que podem ser controladas.²⁰

Para assimilar a zambianização à fórmula da sucessão gerencial, eu ampliei a teoria de Gouldner ao introduzir a distinção entre sucessão natural e sucessão forçada. Vencer o rival por exaustão conduz à sucessão “natural”, entretanto, a zambianização foi uma sucessão “forçada”. Ao normalizar o que foi realmente uma transferência de controles, eu me joguei direto nas mãos das companhias mineradoras. O conceito de sucessão racial deu-lhes o arsenal teórico para elas disciplinarem seus próprios gerentes. Em sua resenha ao meu livro, Bernard Magubane destacou esse efeito normalizador da “sucessão” que havia negligenciado “a intensa, porém, silenciosa luta de classe da descolonização”: o fato de a Zâmbia estar sendo sequestrada e chantageada pelos expatriados (Magubane, 1974: 598).

20 O conflito colonial provê exemplos especialmente vivos dessa proximidade entre conhecimento e poder. Ver, por exemplo, Mitchell (1988) e Stoler (1995).

Magubane ignorou o outro lado da minha análise: a aplicação da teoria pós-colonial de Fanon ao caso zambiano, a ampliação para além das microdinâmicas da zambianização, rumo às forças de classe que mantinham a barreira racial. Mas também aqui a normalização estava trabalhando. Foi impressionante ver como a remodelação da teoria de Fanon sobre o pós-colonialismo poderia ser aproveitada politicamente pelas próprias forças que ela condenou. Mas ninguém deveria ficar totalmente surpreso, tendo em vista que o marxismo também foi utilizado como uma ferramenta pelo despotismo burocrático.

Algumas características formais da análise de Fanon sobre o colonialismo, entretanto, prestam-se à sua adoção pelo capital multinacional. Ele presume, por exemplo, a destruição das culturas pré-coloniais e, daí, a fragilidade dos conhecimentos locais e subalternos (Lazarus, 1993). Eu também dei pouca atenção à contestação cultural que, desde baixo, tirava a sustentação do regime de poder colonial – formas de resistência descobertas e celebradas por estudos pós-coloniais e subalternos. Desafiar ou moderar a normalização demandaria o aprofundamento da análise em perspectivas de baixo para cima, levando mais a sério as categorias subalternas e, em poucas palavras, trabalhando mais de perto com aqueles cujos interesses o estudo supunha servir.²¹

Esses quatro efeitos de poder só servem à crítica pós-moderna. Se os efeitos de contexto demonstram a impossibilidade da ciência, os efeitos de poder mostram quão perigosa e destrutiva ela é. Mas abandonar a ciência como um todo deixa o poder incólume e a hegemonia da ciência positiva intacta. A rejeição pós-moderna a toda a ciência ignora a distinção central entre os modelos positivo e reflexivo.²² Uma ciência positiva autocrítica

21 Ver, por exemplo, a “sociologia da ação” de Alain Touraine que insiste em que os cientistas sociais trabalhem junto com os participantes em um movimento social (Touraine, 1983, 1988) ou a “intervenção sociológica” que propõe a coprodução do conhecimento a fim de contestar as enraizadas desigualdades de poder.

22 Para um levantamento e avaliação matizados de diferentes abordagens aos “métodos qualitativos” que se inclinam em direção às abordagens pós-modernas, mas sem ser

concentra-se nos efeitos de contexto, mas, com isso, obscurece a ação do poder. A construção da “imparcialidade” e do “distanciamento” depende de relações de poder que não foram problematizadas. Uma ciência reflexiva autocrítica, por outro lado, toma o contexto como dado, porém, revela os efeitos de poder para que eles sejam melhor entendidos e controlados. Ao revelar os limites da liberdade humana, os limites da ciência reflexiva possibilitam as bases para uma teoria crítica da sociedade.

As implicações dos dois modelos de ciência

O pensamento metodológico pode revelar mais do que aquilo que Weber disse, mais do que um entendimento refletido a respeito da prática já submetida à comprovação. Ao codificar a ciência positiva, nós a sujeitamos à crítica imanente, destacando a lacuna entre os princípios e as práticas. Isso dirige nossa atenção não apenas às possibilidades de se melhorar os métodos positivos, mas também à formulação de uma concepção alternativa de ciência. A tabela 1 resume meu argumento, descrevendo os dois modelos de ciência e sua metodologia correspondente; e cada caso aponta para a lacuna entre o modelo e o método. Há certa circularidade nos modelos: cada qual toma como base os limites do outro. A ciência positiva é limitada pelo contexto que fornece o fundamento da ciência reflexiva ao passo que a ciência reflexiva é limitada pelo poder que é a premissa escondida da ciência positiva. Ao conhecer os problemas de cada modelo-método, poderemos trabalhar em sua contenção. Se nós aceitamos esse quadro, então, teremos que enfrentar uma nova série de questões e implicações.

dogmático, ver Denzin e Lincoln (1994).

Tabela 1: A lacuna entre os princípios e as práticas da ciência

Ciência Positiva		
<i>Princípios positivos</i>	<i>Métodos de pesquisa quantitativa</i>	<i>Efeitos de contexto</i>
Reatividade	Estímulo-resposta	Entrevista
Regularidade	Estandarização	Respondente
Replicabilidade	Estabilização das condições	Campo
Representatividade	Escolha da amostra	Situação

Ciência Reflexiva		
<i>Princípios reflexivos</i>	<i>Método de caso ampliado</i>	<i>Efeitos de poder</i>
Intervenção	Ampliação do observador ao participante	Dominação
Processo	Ampliação das observações no tempo e espaço	Silenciamento
Estruturação	Ampliação do processo às forças	Objetivação
Reconstrução	Ampliação da teoria	Normalização

Técnica, método e modelo

Qual a relação entre as técnicas de coleta de dados e os modelos-métodos? Deveria a técnica da observação participante, isto é, o estudo dos outros em seu tempo e espaço, seguir o estudo de caso ampliado e a ciência reflexiva? Deveria a técnica da entrevista, ou seja, o estudo dos outros no tempo e espaço do entrevistador, obedecer a pesquisa quantitativa e o modelo da ciência positiva? Em cada caso, a resposta é obviamente *não*. As técnicas do observador participante e do entrevistador podem ser conduzidas em conformidade, seja com os métodos reflexivos, seja com os métodos positivos, tal como vemos na tabela 2.

Tabela 2: Os quatro métodos da ciência social

Técnicas de pesquisa	Modelos de ciência	
	Positiva	Reflexiva
Entrevista	Pesquisa quantitativa	Pesquisa clínica
Observação participante	Teoria fundamentada	Método de caso ampliado

A observação participante, conduzida conforme os princípios positivos torna-se uma teoria fundamentada que coloca entre parênteses o envolvimento como sendo um viés e se concentra em derivar generalizações descontextualizadas a partir da análise sistemática dos dados (ver Glaser & Strauss, 1967; Strauss, 1987; Becker, 1958; Becker & *alii*, 1961; e Gans, 1968). Aqui, a teoria é o resultado e não a precondição da pesquisa. Cientistas sociais são estrangeitos e os etnógrafos são estrangeiros aclimatados, forasteiros cuja objetividade é garantida pela distância. A observação não participante é preferida à observação participante. Em outras palavras, a reatividade é proscrita. Para alcançarem a regularidade, os etnógrafos coletam e analisam seus dados de maneira sistemática. Codificar e recodificar anotações de campo em categorias emergentes oferece o prisma para as observações posteriores. Ao estar menos preocupada com a replicabilidade da coleta de dados, a replicação entra como um apelo à clareza do modo como as categorias são derivadas dos dados. Ela cria pressões no sentido da suspensão do contexto de modo a tornar os casos comparáveis. Por fim, para estabelecer a representatividade dos seus resultados, os etnógrafos devem maximizar a variação dentro do campo através da constante comparação, procurando os casos extremos, que são chamados de amostra teórica.²³

²³ Em outro lugar, elaborei a distinção entre o método do estudo de caso ampliado e a teoria enraizada (Burawoy, Burton *et al.*, 1991, capítulo 13). Um exemplar contemporâneo de teoria enraizada pode ser visto em *Ilhas na Rua* (1991) [*Islands in the Street*], de Martin Sanchez Jankowski – um estudo de dez anos de trinta e sete gangues urbanas em três metrópoles. Esse livro representa um notável e sustentado

Assim como a observação participante pode seguir princípios positivos, as entrevistas podem seguir os preceitos da ciência reflexiva – o que eu chamo de método clínico. A psicanálise é o protótipo aqui, especialmente quando o psicanalista é visto como um antropólogo reflexivo (Chodorow, 1999). A relação entre o analista e o analisado é dialógica e intervencionista. Cada qual reconstitui o outro. O psicanalista tenta recobrar e elaborar as experiências situacionais específicas, utilizando a interpretação dos sonhos e a livre associação de símbolos. O processo é o *leitmotif* da psicanálise. O elemento da estruturação, quer dizer, a localização dos processos psicológicos em seu contexto social mais amplo, nem sempre pode estar presente aí. Aqui, Fanon é uma exceção. Seu brilhante ensaio sobre o colonialismo, derivado do seu trabalho clínico na Argélia, demonstrou a interligação dos processos psíquicos com os contextos político, cultural e social. Por fim, o psicanalista trabalha em um arranjo teórico presente que progride por meio da atenção aos casos concretos. A teoria é reconstruída.²⁴ A entrevista clínica não apenas presentifica os fundamentos da ciência reflexiva, mas também tematiza suas limitações – a dominação do psicanalista sobre o analisado, o silenciamento do passado, a objetivação das estruturas de personalidade, enquanto a teoria vai sendo fortemente normalizada.

comprometimento com o positivismo. Jankowski constitui-se como etnógrafo e forasteiro. Ele tenta minimizar seu próprio envolvimento, apesar de que isso nunca poderia ser alcançado se ele não sobrevivesse. Na busca de afirmações gerais, atravessando as três cidades, sobre organização de gangues, atividades comerciais, padrões de violência, bem como as relações com a comunidade, com o sistema criminal, com os políticos locais e com a mídia, ele teve que estandardizar suas evidências e suas categorias, enfraquecendo suas descrições ao invés de fortalecer os processos. Ao tornar os casos comparáveis, ele isolou os contextos histórico e geográfico – tanto a importância do contexto urbano específico quanto as mudanças que ocorreram durante o período de dez anos do estudo. Ele homogeneizou o espaço e o tempo. Construindo sua teoria do chão, ele sistematicamente codificou e classificou todas as evidências, tendendo a rejeitar (ou, às vezes, endossar) outras teorias, mas sem ingressar em um diálogo enriquecedor com elas.

²⁴ Feministas têm também explorado essa abordagem clínica e dialógica da situação de entrevista. Ver, por exemplo, Oakley (1981) e De Vault (1990).

A ampliação à pesquisa histórica

Essa visão dualista da ciência poderia ser estendida a outras técnicas além da entrevista e da observação participante? O que isso significaria para a ampliação da ciência reflexiva à pesquisa histórica? Tratarei dessa questão no capítulo 3, onde compararei as abordagens de Theda Skocpol e de Leon Trotsky no estudo das revoluções clássicas. Ambos dedicaram-se a fazer comparações entre revoluções bem-sucedidas e revoluções fracassadas. Fora isso, suas abordagens são diametralmente opostas – a primeira (Skocpol) seguiu os princípios positivos, e o segundo (Trotsky) seguiu os princípios reflexivos. Enquanto Skocpol posicionou-se fora da história para melhor descobrir as condições necessárias à eclosão de processos revolucionários, Trotsky manteve-se no centro da história a fim de reconstruir a teoria marxista da revolução. Enquanto Skocpol optou por padronizar revoluções para descobrir os fatores universais que conspiram para seu sucesso, Trotsky considerou todas as revoluções diferentes umas das outras, revelando seus processos sociais definidores. Enquanto Skocpol desenvolveu uma única explicação para revoluções distantes trezentos anos entre si, como se o tempo histórico fosse de desimportante, Trotsky mostrou como o movimento da história mundial – o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo em escala global – preparou distintos processos para cada revolução. No primeiro caso, distanciamento, análise de fatores, descontextualização e indução; no segundo caso, intervenção, processo, estruturação e reconstrução. Uma vez mais, temos aqui dois modelos de ciência e dois métodos.

Escolhi comparar Skocpol e Trotsky a fim de destacar o contraste entre os métodos positivo e reflexivo. Mas ninguém precisaria ir muito além da análise de Max Weber sobre o surgimento do capitalismo, para ter uma bela ilustração do estudo de caso ampliado. Ao perguntar o que significa ser um cientista em um mundo desencantado e racionalizado e, depois, ao perguntar de onde este mundo vinha, Weber estava se situando na história. A observação participante virtual mostrou-lhe os processos

psicológicos que ligavam a doutrina calvinista da predestinação ao espírito do capitalismo que ele localizou no interior de um arranjo mais amplo de forças históricas, incluindo a emergência da ordem legal, da contabilidade sistemática e do trabalho assalariado. Do começo ao fim, Weber estava envolvido com e construindo sobre teorias materialistas sobre as origens do capitalismo. É claro que, geralmente, os historiadores não são tão autoconscientes de seus princípios metodológicos e o trabalho deles não pode ser tão facilmente dividido entre esse ou aquele modelo de ciência. No entanto, a proposta aqui consiste em abrir a imaginação para diferentes maneiras de se fazer ciência social, em vez de abandonar a ciência como um todo quando os “4 R’s” parecem fora do nosso alcance.

Modelos de ciência: o industrial e o artesanal

Havendo estabelecido dois modelos de ciência, devemos agora perguntar, para cada modelo, que critérios distinguem a “boa” ciência da “má” ciência – a ciência bem executada da ciência mal executada. Os princípios regulatórios da ciência positiva —reatividade, regularidade, replicabilidade e representatividade – definem uma objetividade procedimental, um processo de consecução do conhecimento. Podemos chamar isso de modo industrial da ciência em que o processo garante o produto. A concepção é separada da execução e os engenheiros e projetistas definem cada tarefa tendo em vista uma divisão do trabalho capaz de assegurar a qualidade do produto final. Em sua visão correspondente da ciência, a teoria é separada da prática de pesquisa, para que esta última possa ser realizada conforme procedimentos predefinidos. O protótipo do modo industrial da ciência é a pesquisa quantitativa onde diferentes tarefas são parceladas em uma detalhada divisão do trabalho – o pesquisador, o planejador, o entrevistador, o entrevistado – organizada por uma estrutura burocrática. O entrevistador e o entrevistado subordinam-se à agenda de pesquisa construída pelo pesquisador. A proposta é obter um

mapeamento detalhado do mundo, ao delinear os procedimentos de consecução do conhecimento.

Os princípios regulatórios da ciência reflexiva – intervenção, processo, estruturação e reconstrução – dependem de uma objetividade enraizada na teoria. Aqui, nós temos uma forma artesanal de produção do conhecimento em que o produto governa o processo. O objetivo da pesquisa não é direcionado para o estabelecimento de uma “verdade” definitiva sobre o mundo externo, mas sim à contínua melhoria da teoria existente. Teoria e pesquisa são inseparáveis. O estudo de caso ampliado é, então, um modo artesanal de produção de conhecimento em que o criador da pesquisa é, simultaneamente, seu executor. O observador participante encarrega-se de todas as tarefas do processo de pesquisa em colaboração com seus sujeitos de estudo. O processo de pesquisa não é arbitrário, mas também não pode ser reduzido a um conjunto de procedimentos uniformizados. A importância da avaliação encontra-se no produto – seja com a reconstrução empurrando a teoria para frente ou apenas tornando-a mais complexa, seja com a reconstrução tornando as teorias mais parcimoniosas e com grande conteúdo empírico, seja ainda com a reconstrução conduzindo à descoberta de fatos novos e surpreendentes.

Falando de outra forma, segundo Weber, podemos distinguir uma objetividade baseada na racionalidade formal —que costumamos chamar de objetividade procedimental – de uma objetividade baseada na racionalidade substantiva – que tenho chamado de objetividade enraizada. Podemos inclusive ir mais além e dizer que, subjacente aos nossos dois modelos de ciência, há duas diferentes teorias da ação – de um lado, a ação instrumental, e do outro, a ação comunicativa.

A coexistência destes dois modelos de ciência, com seus próprios princípios reguladores – suas próprias noções do que seria boa ciência e má ciência, ou seja, suas próprias concepções de objetividade – têm profundas consequências para a avaliação de qualquer parte considerada da pesquisa. Isso significa que nós devemos tomar cuidado para não

dirigirmos críticas positivas a métodos reflexivos, ou críticas reflexivas a métodos positivos. É tão inapropriado exigir que o estudo de caso ampliado obedeça aos “4 R’s”, como é inapropriado impor os princípios da intervenção, processo, estruturação e reconstrução à pesquisa quantitativa. Não se pode recusar o estudo de caso ampliado porque seu praticante altera o mundo que ele estuda, por seus dados serem idiossincráticos, por ele ampliar as conclusões locais para o extralocal, ou por ele ter em mãos apenas um caso. O estudo de caso ampliado dança em outro ritmo. Então, ouça o ritmo antes de avaliar a dança.

A lenda das duas servas

A coexistência de dois modelos de ciência traz repercussões importantes para o modo como nós concebemos a metodologia, visto que, convencionalmente, existe apenas um modelo de ciência. Além disso, ele geralmente permanece invisível, enquanto seus métodos e técnicas são arrolados em conjunto.²⁵ Nesse esquema monocrático, o pensamento metodológico concentra-se nas virtudes relativas das técnicas. Alguns autores (por exemplo, Sieber, 1973) são ecumênicos e afirmam que podemos escolher a técnica ou a combinação de técnicas apropriadas para o problema a ser investigado. Outros autores, porém, afirmam que algumas técnicas são superiores a todas as outras. Então, nos tempos áureos da Escola de Chicago, a observação participante reinava enquanto os *surveys* eram depreciados por sua associação com a pesquisa domiciliar (ver Bulmer, 1984; Fitzpatrick, 1990; Deegan, 1988; e Gordon, 1992). Só depois, quando a sociologia quantitativa estabeleceu-se, os *surveys* passaram a ser considerados mais objetivos e científicos que os métodos

25 Mesmo os melhores textos metodológicos ocultam estas diferenças. A comparação de Charles Ragin (1987) entre a análise “variável” e o “estudo de caso”, enquanto se sobrepõe a algumas distinções entre entrevista e o método de caso ampliado, assume a existência de um único modelo de ciência, um que todos compartilhamos e que, portanto, não requer explicação.

baseados na observação participante. Na luta pela hegemonia disciplinar, cada técnica tentou demonstrar sua superioridade ao chamar a atenção para os vieses das outras. A elaboração de uma visão binária da ciência, porém, buscou afastar o debate em relação às técnicas ao aproximá-lo da explicação dos métodos, ligados a modelos de ciência alternativos.

Com um único modelo de ciência, as técnicas puderam disputar um lugar ao sol. Mas com dois modelos de ciência, qualquer método pode vir acompanhado por um segundo método como seu complemento subordinado. Pesquisas quantitativas sofrem de efeitos de contexto que podem ser melhor compreendidos e minimizados com métodos reflexivos. Já para se minimizar os efeitos da entrevista, do entrevistado, do campo ou da situação, os pesquisadores quantitativos usam o métodos clínicos ou o estudo de caso ampliado. Os métodos reflexivos tornam-se os servos dos métodos positivos. E os métodos positivos também poderiam ser os servos da ciência reflexiva?²⁶ Aqui novamente, a resposta possível seria afirmativa. O método de caso ampliado enraíza os processos da sociedade num arranjo mais amplo de forças sociais. Estas últimas são constituídas como exteriores ao observador e, por isso, podem ser estudadas com métodos positivos. Max Weber, sobretudo, baseou-se nas generalizações que ele desenvolveu em *Economia e sociedade* para empreender a análise de caso ampliado da emergência do sistema capitalista em seu clássico livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Na extrapolação dos processos de zambianização, eu fiz uso de pesquisas quantitativas que retratavam os mineiros como uma força social determinada buscando assegurar seu *status* de aristocracia operária. Assim

26 Burgess (1927: 114) escreveu: "O método de estudo de caso foi primeiro introduzido nas ciências sociais como um servo da estatística". Ele fazia referência a sociólogos pioneiros como LePlay, que usou estudos monográficos para preparar a base para estudos estatísticos maiores. Mas, continua Burgess, não há nada inerentemente não científico a respeito do estudo de caso "desde que isso envolva classificação, percepção de relações e descrição de sequências" (117). Ele, evidentemente, vê essas como duas técnicas para chegar à verdade e não como dois métodos que correspondem a duas visões das ciências sociais.

como os métodos reflexivos podem servir a pesquisas quantitativas, os métodos positivos podem servir ao estudo de caso ampliado.

Obstáculos à ciência: do contexto ao poder

Pode-se afirmar que a escolha entre os métodos positivo ou reflexivo lança o seguinte problema: métodos positivos são mais apropriados ao estudo de propriedades sistêmicas duradouras do mundo social, ao passo que métodos reflexivos são mais adequados ao estudo das interações sociais cotidianas; os métodos positivos são mais afinados com o mundo objetivo, e os métodos reflexivos são mais afinados com o mundo subjetivo. Uma tal perspectiva instrumental dos métodos ignora as profundas diferenças entre as duas concepções de ciência que nos orientam no mundo que estamos estudando – para mantermo-nos à parte dele ou nele intervirmos; para procurarmos o distanciamento ou entrarmos em diálogo. Geralmente, não é o problema que determina o método, mas sim o método que conforma o problema. Nosso compromisso com um ou outro modelo de ciência irrompe e resiste por meio dos problemas que escolhemos investigar.

Nós poderíamos perguntar então que fatores mais amplos nos predis põe a adotar este ou aquele modelo de ciência? Poderíamos voltar o estudo de caso ampliado sobre si mesmo e localizar cada modelo de ciência historicamente? Como eu tenho mostrado, o desafio para os métodos positivos consiste em minimizar ou controlar os efeitos de contexto. As pesquisas quantitativas tornam-se menos problemáticas quanto mais as entrevistas são reduzidas a estímulos não afetados por características do entrevistador, quanto mais os respondentes interpretarem as questões de maneira idêntica, quanto mais as condições externas mantiverem-se fixas e quanto mais as situações não produzirem conhecimentos diferentes. A pesquisa quantitativa aproxima-se mais dos objetivos positivos quando a especificidade das situações e dos locais é destruída. Ela funciona melhor em um mundo reificado que homogeniza todas as experiências, quando enfim – para usar o

vocabulário de Habermas – o sistema coloniza o mundo da vida (Habermas, 1984; 1987). A ciência positiva realiza-se quando estamos sem poder para resistir aos grandes sistemas da economia e da política. Alguns analistas da sociedade da informação, da pós-modernidade e do distanciamento do tempo-espaço, sugerem realmente que nós estamos nos movendo em direção a um mundo sem contexto, construído por pesquisas quantitativas.

Por outro lado, a ciência reflexiva toma o contexto e a situação como seus pontos de partida. Ela floresce no contexto e procura reduzir os efeitos de poder – dominação, silenciamento, objetivação e normalização. A ciência reflexiva realiza-se por meio da eliminação dos efeitos de poder e da emancipação do mundo da vida. Mesmo quando esse caráter utópico é frustrado ou mitigado, o estudo de caso ampliado mede a distância a ser percorrida até a utopia. Ao destacar os universos etnográficos do local, este método desafia a suposta onipresença do global – seja esse global representado pelo capital internacional, pelas políticas neoliberais, pelo espaço dos fluxos ou pela cultura de massas. A ciência reflexiva valoriza o contexto, desafia a reificação e, portanto, define os limites dos métodos positivos.

Capítulo 2

A revisita etnográfica: capitalismo em transição e outras histórias¹

1 Este capítulo foi apresentado em um seminário onde recebeu a crítica espirituosa de Bill Hayes, Linus Huang, Rachel Sherman e Michelle Williams. No caminho, ele recolheu comentários e sugestões de muitos, incluindo Julia Adams, Philip Bock, Patricia Clough, Mitchell Duneier, Steve, Epstein, Jim Ferguson, Maria Patricia Fernandez-Kelly, Marion Fourcade-Gourinchas, Herb Gans, Tom Gieryn, Teresa Gowan, Richard Grinker, Lynne Haney, Gillian Hart, Mike Hout, Jennifer Johnson-Hanks, Gail Kligman, Louise Lamphere, Steve Lopez, Ruth Milkman, Sabina Neem, Sherry Ortner, Mary Pattillo, Melvin Pollner, Leslie Salzinger, Ida Susser, Joan Vicent, Loic Wacquant, Ron Weitzer e Erik Wright. Também agradeço aos quatro resenhistas da *American Sociological Review*, especialmente Diane Vaughan, cujo comentário inspirado levou a revisões significativas, e Chas Camic, cujas persistentes intervenções críticas mantiveram minha tese em um rumo tranquilo. Essa aventura foi possibilitada por um ano na Arcádia da academia, a Fundação Russel Sage, para a qual revisitas são corretamente, mas tristemente, limitadas.